

proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

Organização sindical nos locais de trabalho

Novas tecnologias

Como negociar
sua implantação?

Comissões de fábrica, hoje

Destaque para os
processos de trabalho

Política industrial

Crise e reestruturação

Anos 90

A CUT desafiada



Revista Proposta
Rua Bento Lisboa, 58 – Catete
CEP 22221 – Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (021) 285-2998

ORGANIZAÇÃO SINDICAL NOS LOCAIS DE TRABALHO

SUMÁRIO

Cartas 2

Editorial

Democracia e vida sindical
(Conselho Editorial) 4

Educação Popular

**Representação de base e
reestruturação produtiva**
(Pedro Claudio Cunha Bocayuva) 5

CUT: conflito e negociação
(Iram Jácome Rodrigues) 10

**Prática sindical: discutindo o
dia-a-dia dos sindicatos**
(Adair Barcelos, Carmem Ribeiro e
Tarcisio Zimmermann) 13

**Comissões de fábrica: ainda uma
meta por alcançar**
(Da Redação) 18

Automação: um confronto pela base
(Da Redação) 21

**Metalúrgicos de São Luís (MA):
processo de trabalho como ponto de
partida**
(Da Redação) 24

**Anos 90: uma década de incertezas
para o novo sindicalismo?**
(Iram Jácome Rodrigues) 28

**Movimento sindical e
institucionalidade política**
(Clarice Metamed) 32

Leitura
**Novas tecnologias e
organização do trabalho**
(Da Redação) 37

Vídeo
No ar, as lutas sindicais
(Mabel Luz) 39

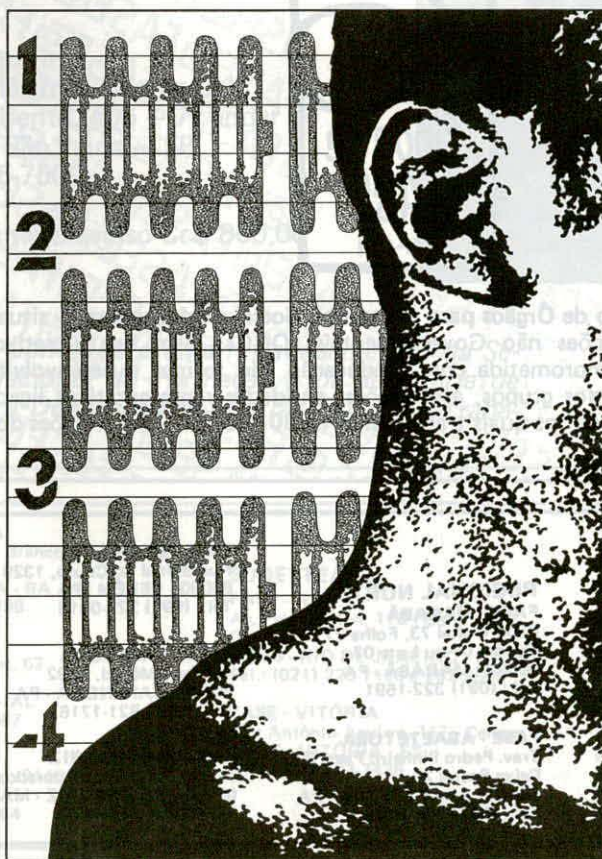
Próximo número:

A questão étnica nos
movimentos sociais

Wilson Santos/AJB



O delegado representante previsto
pela Constituição pode ser
a forma de organização de base
capaz de mais rapidamente
se generalizar
(página 5)



Não há como
negociar a
implantação de
novas
tecnologias
sem
organização
sindical nos
locais de
trabalho
(página 21)

Trímago



Serviços ao Assinante



Para renovar sua assinatura ou obter outras informações, escreva ou telefone, para o seguinte endereço:



Revista Proposta
Rua Bento Lisboa, 58 — Catete
CEP 22221 — Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (021) 285-2998 — Ramal 405
Responsável: Adelir Pires Rodrigues



Se mudou de endereço, envie para a revista **Proposta** as informações abaixo:

Nome do assinante: _____

Endereço anterior: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Tel.: () _____

Endereço atual: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Tel.: () _____



FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional — situada no campo das Organizações não Governamentais (ONGs), sem fins lucrativos, de utilidade pública, comprometida com a educação não formal, o desenvolvimento humano e cidadania dos grupos, associações, entidades representativas ligadas ao movimento popular com os quais trabalhamos há **30 anos** em várias regiões do país, no campo e na cidade.

Cartas

CARTAS é um espaço aberto aos leitores de proposta para troca de informações, críticas, polêmicas, sugestões, etc. As cartas devem vir assinadas e com endereço do remetente. Podem ser selecionadas para publicação no todo ou em parte. Devem ser enviadas para **Revista Proposta**, Rua Bento Lisboa, 58 — Catete, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22221.

Convicção e persistência

Amigos da FASE:
Quero cumprimentá-los pelo trabalho que vêm desenvolvendo. Ele realmente contribui para a causa a que se propõe, sendo um exemplo para outros menos convictos e persistentes.

Luís Claudio Bona
Botucatu-SP

Sem-Terra e política agrícola

(...) Sou um dos milhões de trabalhadores rurais sem terra que existem no Brasil, invadido e dominado a todo custo por meia dúzia

FASE
A SERVIÇO DA
EDUCAÇÃO POPULAR

FASE - NACIONAL
Rua Bento Lisboa, 58
Catete
22221 - RIO DE JANEIRO - RJ
Tel.: (021) 285-2998

REGIONAL NORTE
FASE - MARABÁ
Caixa Postal 73, Folha 27,
Quadra 07 ou Lote 07
68500 - MARABÁ - PA
Tel.: (091) 322-1591

FASE - ABAETETUBA
Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
Caixa Postal 25
68440 - ABAETETUBA - PA
Tel.: (091) 751-1181

FASE - BELÉM
Rua Bernal do Couto, 1329
66030 - BELÉM - PA
Tel.: (091) 222-0318

FASE - CAPANEMA
Av. Pres. Médici, 1992
68700 - CAPANEMA - PA
Tel.: (091) 821-1716

FASE - IMPERATRIZ
Rua Leônicio Pires Dourado, 880
65900 - IMPERATRIZ - MA
Tel.: (098) 721-4474

FASE - SÃO LUÍS
Rua do Pespontão, 256 - Centro
65010 - SÃO LUÍS - MA
Tel.: (098) 221-1175

FASE - VALE DO GUAPORÉ
Rua Darci de Freitas Queiroz, 1160
Centro
78250 - PONTES E LACERDA - MT

FASE - MANAUS
Rua Major Gabriel, 443 - Centro
69013 - MANAUS - AM
Tel.: (092) 234-6761

de assassinos nacionais e estrangeiros.

Tenho 54 anos de idade, casado, temos oito filhos, dos quais cinco são casados; três deles depois de passar por ocupações, acampamentos, enfrentamentos com a polícia e a UDR, hoje estão assentados, trabalhando em cooperativas de produção, que é uma revolucionária experiência de formação de uma nova sociedade. Dos três filhos mais novos solteiros, um trabalha como técnico agrícola nos assentamentos e outro na articulação regional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). E o mais novo divide o tempo entre a escola e o trabalho na roça. Eu também divido meu tempo entre a roça e a articulação dos sem-terra no meu município e municípios vizinhos. Não tenho condições de aplicar a tecnologia necessária devido à falta de terra e à falta de uma política agrícola decente. Portanto, estamos passando por sérias dificuldades, como não é diferente da maioria dos trabalhadores.

Proposta me ajudou muito a ampliar meus conhecimentos, pois ela traz as mais variadas experiências com trabalhos populares.(...)

Moacir Gaiardo
Tapejara-RS

F&C



Onde adquirir:

Setor de Distribuição da CUT
Rua São Bento, 405 – 7º andar
01011 – São Paulo – SP
(011) 255-7500

Preço: número avulso Cr\$ 800,00

Forma & Conteúdo é uma revista semestral da Secretaria Nacional de Formação e da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Central Única dos Trabalhadores.

REGIONAL NORDESTE

FASE - RECIFE

Rua Barão de S. Borja, 495
Boa Vista
50070 - RECIFE - PE
Tel.: (081) 221-5478

FASE - FORTALEZA

Rua Prof. João Bosco, 73
Parque Araxá
60430 - FORTALEZA - CE
Tel.: (085) 223-4056

FASE - ITABUNA

Rua Barão do Rio Branco, 93/1º andar
Califórnia
45600 - ITABUNA - BA
Tel.: (073) 211-4498

FASE - MACEIÓ

Rua Gonçalves Dias, 62
Farol
57055 - MACEIÓ - AL
Tel.: (082) 221-0667

FASE - ICÓ

Rua Dr. Inácio Dias, 2148
63430 - ICÓ - CE
Tel.: (085) 731-1064

SUDESTE/SUL

FASE - RIO

Av. Pres. Wilson, 113 - Conj. 1302
Centro
20030 - RIO DE JANEIRO - RJ
Tel.: (021) 220-7198 e 262-2565

FASE - VITÓRIA

Rua Antônio Aguirre, 117 - Centro
29015 - VITÓRIA - ES
Tel.: (027) 223-7436

FASE - SÃO PAULO

Rua Loeffgren, 1651 - C/6
Vila Clementino
04040 - SÃO PAULO - SP
Tel.: (011) 549-3888 e 549-1307

FASE - JABOTICABAL

Rua Mimi Alemagna, 37 - Centro
14870 - JABOTICABAL - SP
Tel.: (0163) 22-5219

FASE - PORTO ALEGRE

Rua Gaspar Martins, 470
90220 - PORTO ALEGRE - RS
Tel.: (051) 225-0787

Democracia e vida sindical

Criada em 1983, sob o influxo da poderosa mobilização dos trabalhadores que contribuiu para pôr fim às regras autoritárias do regime militar, a Central Única dos Trabalhadores realiza em setembro de 1991 o seu IV Congresso. Nesse ínterim, construiu o mais abrangente e eficaz aparelho sindical até hoje existente no país. As realizações da jovem central de trabalhadores a tornaram em pouco tempo um dos principais sujeitos coletivos do país e levaram-na a lograr respeito político de todos os seus aliados e opositores, inclusive o governo e o patronato. Sua enorme capacidade de mobilização e o seu forte espírito de autonomia chamaram a atenção de sindicalistas de várias partes do mundo.

A CUT, no entanto, não parece estar disposta a se acomodar diante do que fez até aqui. Preocupada em se auto conhecer, a central descobriu que a maior parte dos seus princípios, que caracterizavam a concepção de um novo sindicalismo, ainda não foi levada à prática. O principal deles é o enraizamento dos sindicatos na base através de organizações por local de trabalho. O grande desafio da CUT nos anos 90 é portanto a construção de organizações de base.

Proposta procura nesta edição dar uma modesta contribuição para esse grande debate, discutindo as relações entre a organização de base e a reestruturação industrial em curso e em disputa no Brasil, com destaque para a introdução de novas tecnologias de produto e novos processos de trabalho.

Conselho Editorial

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS P/ASSISTÊNCIA
SOCIAL E EDUCACIONAL
Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
Rio de Janeiro, RJ, 22221

Diretoria Executiva da Fase

Jorge E. Saavedra Durão (Coordenador Nacional) •
Maria Emília L. Pacheco (Cordenadora
Nacional Adjunta) • Virgílio Rosa Neto (Diretor
Administrativo Financeiro) • Mateus Enricus
Oterloo (Coordenador Regional Norte) •
Lorenzo Zanetti (Coordenador Regional Sudeste-Sul) •
José Orlando Falcão (Coordenador Regional Nordeste)

proposta

Experiências em Educação Popular
Uma publicação trimestral da Fase

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejia • Alfons Klausmeyer •
Haroldo Baptista de Abreu • Jean-Pierre
Leroy • João Ricardo Dornelles •
Jorge E. Saavedra Durão • Leandro Lamas
Valarelli • Lourdes M. Gryzbowski •
Maria Emília L. Pacheco •
Pedro Claudio Cunha Bocayuva •
Ricardo Tavares

Coordenação Geral

Maria Emília L. Pacheco

Coordenação de Publicações

Alfons Klausmeyer

Editor Responsável

Ricardo Tavares
(Mtb. 18135)

Edição de Arte e Capa

Marcelo Riani Marques

Organização

Pedro Claudio Cunha Bocayuva

Redator

Luís Antônio Cunha

Ilustração

Trimano

Foto da capa

Ariovaldo dos Santos/AJB

Editoração Eletrônica

Corpo 4

Promoção e Divulgação

Felícia A. de Moraes

Revisão

João Luiz Pacheco
Inácio Dorado

Redação

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
Rio de Janeiro - RJ - 22221
Tel.: (021) 285-2998

Representação de base e reestruturação produtiva

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva*

A Central Única dos Trabalhadores saiu do seu terceiro congresso, em 1988, com algumas tarefas definidas: consolidar a sua estrutura organizativa pela filiação dos sindicatos membros, impondo a representação exclusiva através de entidades, e construir os seus organismos horizontais (CUTs estaduais e regionais) e verticais (departamentos, comissões de empresas na base). Estas diretrizes, que visavam estabelecer novas relações de conflito/negociação e conquistar o contrato coletivo de trabalho articulado em todos os níveis, permanecem atuais, mas sua viabilização impõe novas tarefas. A realidade coloca na ordem do dia a superação de modelos estabelecidos de padrão de representação sindical na base, colocando o delegado representante como um elo central do trabalho organizativo. O segundo plano que destacamos para o debate é o da disputa em torno da reestruturação produtiva, no contexto de crise de modelo de desenvolvimento.

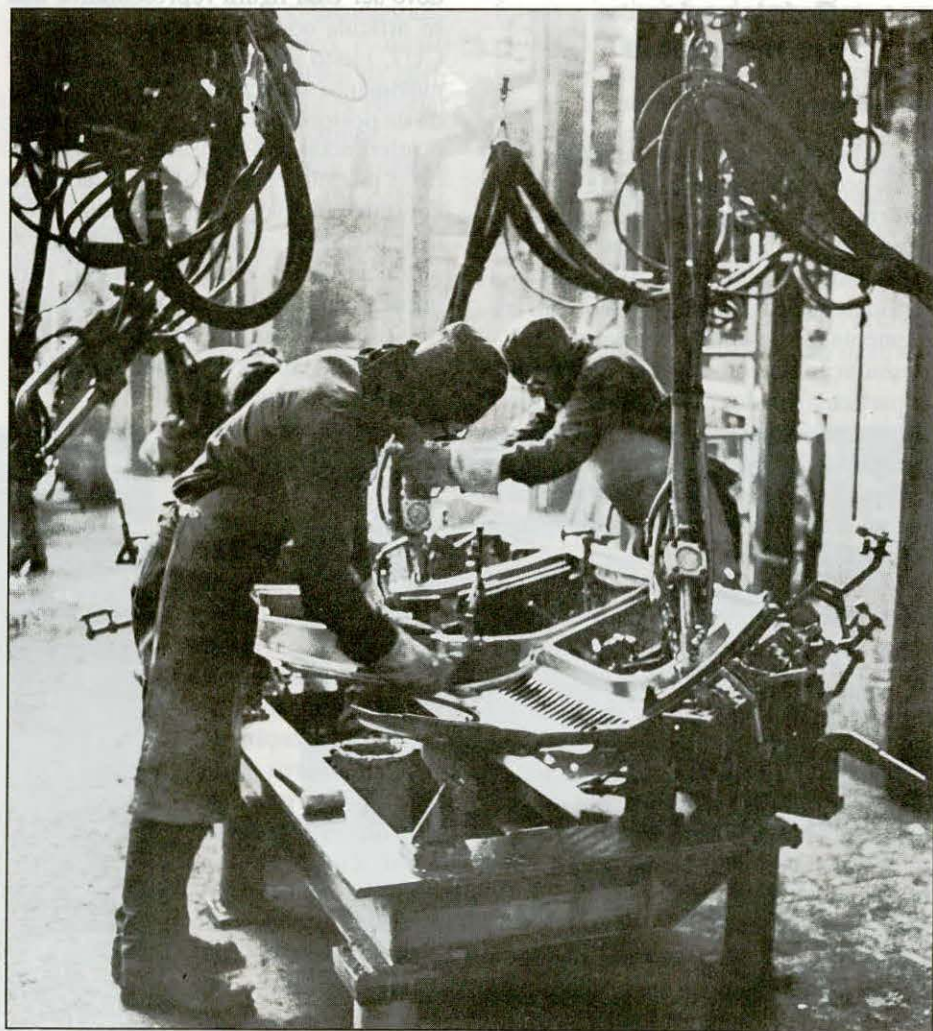
A formulação da estrutura sindical encontra obstáculos de ordem variada, desde o despotismo patronal e o intervencionismo estatal nas relações de trabalho, até os elementos próprios da estrutura burocrática dos sindicatos de categoria. A opção da CUT de exigir filiação formal dos sindicatos a ela vinculados, como resposta ao princípio da unicidade vitorioso na Constituição, reforça uma estratégia política de aproximação dos aparelhos sindicais tais como

eles existem. A modificação dos sindicatos por categoria para uma forma de estruturação a partir dos ramos de trabalho e produção, ficou no meio do caminho.

A existência de um fosso entre a intenção de contratar de maneira articu-

lada desde o local de trabalho e a dinâmica do sindicato único de categoria e das federações, acabou por imprimir um condicionamento corporativo ao processo de negociações coletivas.

A força do sindicato como ator político relevante frente ao Estado e ao



Ariovaldo dos Santos/AJB

* Assessor Nacional da Frente Sindical Urbana da FASE

patronato também ficou bloqueada pela dimensão econômico-social da crise brasileira, que sacode o mundo da produção, e pela incapacidade de direcionar de maneira clara o movimento sindical para um referencial organizativo preciso.

Reformular o sindicato desde baixo significa tomar por parâmetro uma possibilidade aberta na luta acumulada nas greves de massas da última década. A conquista de direitos sociais do trabalho passíveis de ser generalizados a partir do plano institucional, foi resultado daquele processo que se materializou como possibilidade de democratização real das relações de trabalho. O primeiro obstáculo político a ser removido é a incapacidade de estabelecer o sindicato nacional (CUT), no interior das empresas. O direito de representação dos trabalhadores, inscrito na constituição, é a base para um experimento inovador.

O delegado representante

A hipótese aqui levantada é de que, assim como utilizamos a Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) no processo de implantação de trabalhos articulados, precisamos generalizar a capacidade de tomarmos a frente na implementação de uma forma geral de representação nacional, que leve em conta as particularidades das regiões e empresas, mas que leve à frente a idéia de cidadania do produtor como dimensão necessária de transformações qualitativas no interior mesmo das empresas e locais de trabalho.

O sindicato nacional capaz de se materializar como interlocutor político coletivo em face do patronato e do governo, para produzir novos efeitos contratuais, deve ter estrutura organizativa capaz de superar os marcos do dualismo herdado da Constituinte. O elemento de democracia de base incrustado no cotidiano da vida dos trabalhadores, desde qualquer forma de organização do trabalho social (nas áreas de trabalho de caráter subordinado ao capital), deve ser capaz de se viabilizar nas regiões e relações de trabalho as mais diferenciadas. O peso de categorias mais fortes no

plano político e organizativo nacional deve se projetar na construção de um referencial organizativo comum, um núcleo organizativo capaz de se ampliar mas que se generaliza desde os elos mais frágeis do movimento sindical.

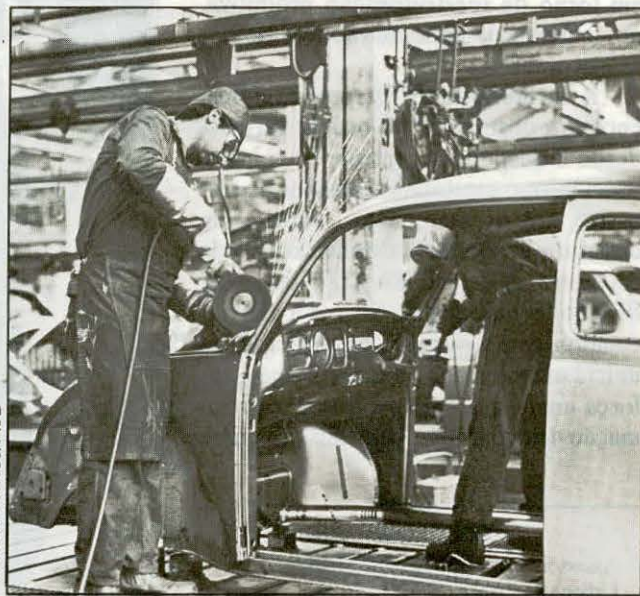
A possibilidade do delegado representante, como referência de trabalho organizativo de base, apresenta correspondência política para posições e situações de trabalho as mais variadas, desde os maiores parques industriais urbanos até os complexos agroindustriais. E não tenhamos dúvida que a sua viabilização dependerá de lutas concretas de grande intensidade, que viabilizem algo mais do que um princípio genericamente enunciado na Constituição. Embora o fato institucional seja fundamental para uma estratégia de luta de massas que tenha por referencial a questão democrática como sendo de valor estratégico e de princípio para um projeto emancipatório da classe trabalhadora.

O delegado representante sindical deve ser essa figura representativa que se articula como comissão de base da CUT, eleito nos locais de trabalho. O movimento sindical deve ter uma tomada de posição clara no sentido de definir o referencial indispensável para redefinir o modelo contratual, na direção do contrato coletivo, a partir de uma estabilização de representação desde baixo. A ausência de um contorno preciso para implantar a representação democrática do novo sindicalismo, a partir dos locais de trabalho, acaba desaguando na retórica abstrata dos "conselhos de fábrica" - correspondentes a processos de ruptura revolucionária -, ou no pragmatismo político que parte do aparato próprio do sindicato tal como ele existe, eivado pela forma histórica do corporativismo.

A politização dos trabalhadores pelas chamadas à greve geral, ou os desdobramentos espontâneos do ciclo grevista sob a forma das greves continuadas de massas, acabam se diluindo nos ciclos curtos das dispu-

tas conjunturais; perde-se de vista o processo de longo curso. Podemos adotar para o quadro brasileiro uma interrogação ao estilo do político italiano Antonio Gramsci: qual a instituição potencialmente presente na vida organizativa dos trabalhadores passível de ser desenvolvida para afirmar um projeto sindical? A nossa afirmação é de que hoje o ponto de partida é o delegado representante de base. O que, pela adequação ao contexto de luta, possibilita sua rápida generalização e permite recolocar o eixo de estruturação por ramos de produção, ultrapassando os limites de marcos burocrático-corporativos.

Acreditamos que a disputa pela incorporação de um grande número de sindicatos à CUT tenha sido fundamental, assim como o desenvolvimento das lutas e iniciativas por departamentos. Fica, no entanto, a lacuna de dar ao militante e ao ativista cutista uma instituição ou núcleo de base, que valha para que o novo sindicalismo se imponha como hegemônico, frente aos projetos sindicais em disputa e frente ao patronato e ao governo. A iniciativa de construção da comissão sindical de base a partir dos delegados representantes enfrenta, a partir da relação de forças nascida na crise de transição política brasileira, o fato de precisarmos dar unidade e homogeneidade ao padrão de organização e representação dos trabalhadores capaz de lançar os fundamentos de um sindicato que se faz sujeito coletivo desde o processo imediato da produção.



Wilson Santos/AJB

O marco classista e anticapitalista dos princípios cutistas exige uma definição rápida, que não venha a reboque dos eventos políticos gerais e das disputas internas do movimento sindical, para a implantação do sindicato nacional CUT no interior das empresas. A hora é de desdobrar para baixo a estrutura vertical para além das querelas sobre a direção política, fazendo do novo sindicalismo uma força material organizada que vai muito além de um comando de lutas.

A revolução democrática, representada pelo desenvolvimento das organizações e movimentos de massas desde o final da década de setenta e nos anos oitenta, exige a sua efetiva instituição como força permanente, de forma aberta e reconhecida no coração mesmo dos processos de trabalho.

A reestruturação e os trabalhadores

Mas não é possível enfrentar esta tarefa organizativa ignorando os rumos da crise atual do regime de acumulação no Brasil. Mais. O que fazer com as amplas massas urbanas que não se organizam pelo mercado de trabalho capitalista formal e moderno (dos monopólios, do Estado, e mesmo das formas mais tradicionais de empresas)? Vamos mandá-los de volta para o campo junto com os 20 milhões de sem-terras -

no caso de uma reforma agrária -, ou pretendemos incluí-los em alguma espécie de ocupação urbana formal?

Se pretendemos incluí-los em um processo de transformação social devemos enfrentar o debate do modelo industrial. Não podemos aceitar o sucateamento perverso do parque industrial brasileiro. Precisamos enfrentar esse debate com os empresários e os seus tecnocratas, levando em conta a crítica aos mitos por eles formulados a partir de diferentes referenciais (as formas de industrialização adotadas na Coreia, no Japão e na Itália, por exemplo). Às suas interpretações apressadas em torno desses "modelos", devemos opor contra-estratégias de reestruturação produtiva que configurem uma política alternativa a ser construída.

Podemos afirmar que ao lado desses paradigmas ideológicos, lidos de forma invertida pela ótica neoliberal, temos que recusar as alternativas de nos tornarmos uma periferia complementar ao capitalismo cêntrico - do tipo atrasado como a Argentina; do tipo incorporado na fronteira como o México, e, muito menos, dos diferentes padrões de periferia asiática como a República Popular da China, Formosa ou Cingapura.

A entrada no debate sobre a política industrial traz o problema do modelo de desenvolvimento; envolve o tipo de regime de acumulação; a regulação salarial (dimensão de ocupação e renda). Assim como os padrões de inserção internacional da economia brasileira numa divisão

do trabalho internacional em transformação - acelerada por novas tecnologias de produtos e processos de trabalho.

A crise econômica na sua dimensão recessiva resulta em procedimentos desarticulados de adaptação empresarial e de reestruturação organizativa e tecnológica dos processos de trabalho - de forma perversa e com riscos de fenômenos de desindustrialização (mais uma "década economicamente perdida"). A função de reestruturação não é um mero sintoma da crise de financiamento do velho modelo de substituição de importações. Advém da pressão efetiva dos novos condicionamentos da transnacionalização e globalização da economia mundial, acelerada nas disputas e condicionamentos em torno de mercados e tecnologia informatizada (automação microeletrônica).

Enfrentar as estratégias de choque e de ajuste econômico desenvolvidas, nesse momento sob o manto de uma ideologia neoliberal, exigirá dos delegados presentes ao IV Concut, com o apoio das forças e instituições democráticas e populares da nossa sociedade, colocar um forte acento em propostas alternativas para a reestruturação e investimento produtivo, como parte do contexto de luta visando a redistribuição da renda e da propriedade na sociedade brasileira, colocando o trabalho no centro do debate sobre um projeto alternativo para o desenvolvimento nacional.

As reformas sociais estruturais, como a agrária, devem estar ligadas a



Wilson Santos/AJB



Wilson Santos/AJB

Qual a instituição organizativa capaz de se generalizar rapidamente ?

projetos alternativos no plano distributivo como o projeto de lei do senador Eduardo Suplicy do PT, Programa de Garantia de Renda Mínima (ver boxe). As classes dominantes brasileiras declinam das suas veleidades reformistas: o bolo não pode mais ser dividido no horizonte neoliberal do nosso governo, em cujo "projeto" existe uma combinação de proposições de abertura crescente da economia, com um horizonte eminentemente assistencial para as classes populares.

Aos trabalhadores e à CUT caberá uma tarefa maior do que fazer frente ao processo recessivo com políticas anticíclicas, visando o pleno emprego e a distribuição da renda. Está em jogo a hipótese de fazermos frente a uma reestruturação perversa do capitalismo brasileiro a partir de critérios de abertura comercial e da privatização. O IV Concut deve definir os elementos de luta objetivando um plano próprio para a reestruturação produtiva e a elevação dos níveis de emprego e renda, com afinidade de estabelecer, desde baixo e com autonomia em face do Estado e dos finalidades de estabelecer, desde baixo e com autonomia em face do Estado e dos partidos políticos - cuja ação deve ser valorizada -, os fundamentos de uma nova política de desenvolvimento para o Brasil ■

O projeto renda mínima

Dei entrada no Senado a projeto de lei que cria um Programa de Garantia de Renda Mínima para as pessoas adultas que não conseguirem auferir um patamar definido de rendimentos. Da mesma maneira que as que ganham além de um certo patamar pagam uma proporção de seus rendimentos ao governo, na forma do Imposto de Renda, aquelas que ganham menos do que outro patamar passariam a ter o direito de receber uma proporção de diferença, 50%, entre aquele patamar e o seu nível de rendimento. O conceito também é conhecido pelo nome de Im

posto de Renda Negativo. No caso de a pessoa não estar trabalhando, a proporção seria menor, de 30%.

Vamos supor que o patamar mínimo de rendimento definido seja de Cr\$ 45.000,00 mensais. Uma pessoa adulta que não obtivesse qualquer rendimento no mês, por estar desempregada, doente, inválida, teria direito a receber 30% da diferença entre zero e Cr\$ 45.000,00, portanto, Cr\$ 13.500,00 mensais. Se por seu trabalho conseguisse apenas Cr\$ 20.000,00 mensais, teria direito a receber um complemento igual a 50% da diferença entre Cr\$ 45.000,00 e Cr\$ 20.000,00, portanto mais Cr\$ 12.500,00. Assim a sua renda mensal passaria a ser de Cr\$ 32.500,00. Seria sempre mais vantajoso trabalhar do que não trabalhar.

Uma vez instituído, o programa



Trimano

poderia substituir outros. Por ser mais abrangente, preenchendo seus fins, substituiria o seguro-desemprego para os que estariam na faixa de rendimento até o patamar. Por ser mais eficaz, substituiria programas de distribuição de certos tipos de bens como os realizados pela Legião Brasileira de Assistência, freqüentemente vinculados a interesses políticos-eleitorais.

O programa de renda mínima é complementar ao salário mínimo, tendo algumas vantagens sobre a concepção e funcionamento deste

Um aumento brusco do salário mínimo na direção de poder cumprir o preceito constitucional, tem sido argumentado, poderia acabar sendo frustrado pelas seguintes razões: a) muitas empresas e organismos, especialmente

prefeituras nas regiões mais pobres do país, dificilmente teriam condições financeiras de arcar com os custos, o que resultaria em possível aumento de desemprego, particularmente das pessoas cuja contribuição para o aumento do valor da produção fosse considerado abaixo do valor do salário mínimo; b) o aumento do custo de salários poderia resultar em aumento conseqüente da procura por bens tipicamente consumidos por assalariados de tal maneira que, sem planejamento do aumento da oferta, haveria pressão significativa sobre os preços e/ou em problemas de desabastecimento. A vantagem da introdução do sistema de renda mínima é que não depende de a pessoa estar ou não empregada para ter o direito de receber o benefício.

Na medida em que estiver bem definida a sua fonte de receita, a execução do programa não produzirá pressões inflacionárias, especialmente sobre o custo de produção.

O sistema aumenta o poder de barganha dos assalariados no mercado de trabalho, pois não precisam se sujeitar a condições repugnantes de emprego. Têm sido freqüentes as denúncias de trabalho semi-escravo em algumas regiões rurais. Tipicamente, a introdução da renda mínima garantida tornaria muito mais difícil tal procedimento.

Eduardo Matarazzo Suplicy, senador, trechos de artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, 18/04/91. ■



CUT: conflito e negociação

Iram Jácome Rodrigues*

A onda de paralisações que varreu o país a partir de maio de 1978 trouxe com ela o nascimento do novo sindicalismo - que naquele momento aparecia como uma grande novidade -, possibilitando a realização da I Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras) em 1981 e, posteriormente, o surgimento da Central Única dos Trabalhadores.

A CUT é fundada em 1983, mas as bases para o aparecimento de uma central sindical com as suas características já estão colocadas desde a vaga grevista que se inicia em 1978.

Expressão do sindicalismo de massas que se desenvolve no ABC paulista,

a prática da CUT, desde o primeiro momento, se diferencia bastante do sindicalismo que prolifera no país até 78. Tendo suas bases de apoio inicialmente assentadas na Grande São Paulo, particularmente entre os metalúrgicos do ABC, nesses oito anos de existência a CUT conseguiu crescer de forma muito rápida nacionalmente.

São Paulo tem sido o pólo mais dinâmico de atuação da CUT, pois é ali que o movimento dos trabalhadores tem uma presença significativa. Por outro lado, o sindicalismo da CUT tem conseguido uma grande penetração, nos últimos anos, em outras áreas urbanas do país, notadamente entre os empregados de

empresas estatais e funcionalismo público, bem como no setor rural. Nesse sentido, a realização do III Congresso da CUT, em setembro de 1988 em Belo Horizonte, com a participação de 6.247 delegados de todas as partes do país e representando um total de 1.143 entidades demonstra o crescimento do sindicalismo-CUT em outras regiões do país.

A CUT realizou o seu primeiro congresso em 1984

Participaram mais de cinco mil delegados, dois mil dos quais representavam o setor rural. Dois anos depois é realizado o segundo congresso. Nesse momento, a Central Única dos Trabalhadores já está consolidada nacionalmente e presente de forma ativa na maioria das greves ocorridas no país e na maioria das ações reivindicatórias da classe trabalhadora, tanto da cidade quanto do campo.

Dados de 1986 indicam que as entidades sindicais que participavam da CUT abarcavam, em suas bases territoriais, um contingente de aproximadamente 12 milhões de trabalhadores. Atualmente a central sindical possui cerca de 1.400 entidades sindicais com um contingente em torno de 18 milhões de trabalhadores. De qualquer forma, se conseguir atingir diretamente a metade



Luiz Luppi/AJB

desse total de trabalhadores com sua atividade já se terá uma idéia nítida do peso e da importância da CUT no país, tanto social quanto politicamente.

Setores da Igreja, de outra parte, têm um peso significativo no interior da CUT, principalmente na zona rural, nos conflitos de terra, através do Movimento dos Sem Terra (MST). Este é o principal apoio da CUT no campo, pois a maioria dos sindicatos rurais ainda está sob o controle da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que funciona como uma espécie de central sindical rural composta por cerca de 4.000 sindicatos e 23 federações espalhadas pelo país inteiro. Este ano a CUT deverá participar do congresso da Contag e tentará disputar, com os setores que são hegemônicos no interior desta confederação, a sua direção, o que demonstra uma mudança na tática cutista com relação a esse setor do sindicalismo rural. Ora, se por um lado, "a Contag exerce um sólido papel institucional, debruçando-se sobre os grandes projetos governamentais relacionados com o campo, o Movimento dos Sem Terra é adepto da ação política direta, exercendo uma influência considerável em áreas de conflito" (Cf. RH: Assessoria de Comunicação Ltda., *Movimento Sindical: uma radiografia da estrutura, dos personagens e das contradições da relação capital/trabalho*, Rio de Janeiro, s/d, mimeo., p. 39).

Por outro lado, a taxa de sindicalização das instituições filiadas à CUT fica bem acima da média nacional: se a nível nacional a média de sindicalização não ultrapassa os 17%, as entidades sindicais ligadas à CUT têm 28% de seus trabalhadores filiados aos respectivos sindicatos e/ou associações. Vale dizer, uma média de filiação de quase 30% dos trabalhadores naquelas entidades que propugnam o sindicalismo-CUT. Isso demonstra, de outra parte, um grau bastante elevado de participação sindical e/ou política dos sindicatos cutistas se levarmos em conta a percentagem nacional de sindicalizados.

Conflito e radicalidade alimentando a transformação social: a visão da CUT se mostrou a mais adequada

Além disso, pela forma como se estruturou, pelos setores sociais que compõem e pelo tipo de ação sindical que desenvolve: um sindicalismo que privilegia antes o conflito que a negociação; nesse sentido, é importante atentarmos para aspectos da estratégia dessa central sindical. Um outro ponto significativo que nos ajuda a entender sua estratégia se relaciona com o espectro dos setores que participam da CUT que são, grosso modo, como mostramos acima a partir dos dados de sindicalização, aqueles setores mais ativos no interior do movimento sindical e representativo das camadas de trabalhadores que mais se enfrentam com os patrões e que estão mais organizados no interior das empresas.

A lógica do conflito

Como vários autores têm analisado, o sindicalismo-CUT tem como base de sua estratégia "a lógica do conflito". Diferentemente do que se convencionou chamar de "sindicalismo de resultados" anteriormente proposto por Luís Antonio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Antônio Rogério Magri, ex-presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e atual ministro do Trabalho, concepção que tem como parâmetro o sindicalismo americano e que para as condições sociais e políticas de nosso país, com um alto grau de desigualdades sociais, de miséria mesmo, significa tão somente a manutenção do status quo, isto é, possui uma visão extremamente conservadora da sociedade. Nesse aspecto, a proposta das duas CGTS, em que pesem as mudanças no último período - inclusive apoiando a proposta de greve geral de 22 e 23 de maio -, está fadada ao fracasso.

Por outro lado, o surgimento da Força Sindical, central sindical criada por Luís Antonio Medeiros, se guarda alguma relação com as antigas teses do "sindicalismo de resultados", sua estratégia tenderá a seguir rumo bastante distinto daquele propugnado pelas CGTs, por exemplo, e tem condições de crescer e ampliar seu contingente sindical.

De todo modo, à medida que os trabalhadores no final da década de 70 iniciam, de fato, a contestação ao modelo de corporativismo estatal que ordena as relações entre capital e trabalho no Brasil e, paulatinamente, pelo menos nos setores ligados ao então novo sindicalismo - que continua sendo representativo da imensa maioria dos trabalhadores que se mobilizam em nosso país por melhores condições de vida e trabalho - começam a se afastar do Estado, se observa uma mudança na relação entre sindicato e Estado, um processo que tem seu início com o fim do pacto populista em 64. Isto leva a que os trabalhadores, enquanto atores políticos, na busca de romper com o corporativismo estatal, ao mesmo tempo que precisam ser reconhecidos como um ator coletivo diante da sociedade e do Estado, tendam a ampliar suas demandas. Isso explica em parte a estratégia sindical da Central Única dos Trabalhadores: em função dessas questões, uma parcela significativa da classe trabalhadora nucleada em torno da CUT busca ter sindicatos fortes, representativos e, ao mesmo tempo, reconstruir sua identidade que foi obscurecida pelo autoritarismo.

É dentro deste contexto que "a luta sindical vê-se diante de estratégias diversas de atuação: ampliar solidariedades, como meio de aumentar a pressão sobre o Estado, ou optar por uma política de pactos a que induz a atual recessão econômica" (Cf. Maria do Carmo Campello de Souza, "A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles", in Alfred Stepan, org., *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 609).

Na verdade, o sindicalismo-CUT optou por ampliar solidariedades, vale dizer, fortalecer sindicatos, crescer, desenvolver uma estratégia conflitiva para poder ser reconhecido como um ator social e político pelo Estado e por outros setores da sociedade. É claro que a Central Única dos Trabalhadores busca a

* Sociólogo, professor da Faculdade de Economia e Administração da PUC-São Paulo e autor de *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*, São Paulo, Cortez/FASE, 1990.

negociação. Se olharmos mais de perto, observaremos que a prática contratual está muito mais presente no interior desta entidade que nas CGTs; mesmo atualmente, quando senta à mesa com o governo e outros setores da sociedade civil na busca do que se convencionou chamar de "entendimento nacional", demonstra uma predisposição ao diálogo, à negociação. No entanto, o que importa aqui é observar que a estratégia cutista tem se mostrado mais consistente e em consonância com a realidade dos trabalhadores em nosso país. Senão vejamos: "segundo um levantamento do Centro de Pesquisa de Relações do Trabalho - entidade dirigida pelo especialista em negociações sindicais, Júlio Lobos, figura certamente isenta de cutismo -, a CUT predominava em 89% das empresas estatais, 51% das nacionais e 56% das multinacionais. A CGT, naquele momento ainda reunindo Joaquinção e Magri, tinha índices de 11%, 20% e 18%, respectivamente. Os independentes eram 14% nas nacionais, 18% nas multinacionais e ausentes nas estatais" (Cf. Flávio Pachalsky e Gilmar Carneiro, "CUT: a hora de pensar grande", in *Teoria e Debate*, n. 11, São Paulo, agosto de 1990, p. 67)

Disputa sindical: por dentro e por fora

O que esses dados demonstram é que é muito difícil que prospere entre nós um sindicalismo que tenha como fim último a manutenção do atual status quo, uma proposta que propugna, em última instância, um sindicalismo da ordem. Por outro lado, uma atuação sindical mais conflitiva e com certa dose de radicalidade, tendo presente, além disso, uma certa utopia de transformação social, terá mais condições de vicejar entre nós e o exemplo da CUT aponta nessa direção. É possível também o crescimento de uma proposta que seja um meio termo entre a concepção sindical das CGTs e a estratégia cutista. De certa forma, é esse o espaço que Luís Antonio Medeiros está ocupando com a criação da Força Sindical.

Seja em razão de seu rápido

crescimento, quanto em decorrência do que ela representa para amplas camadas de trabalhadores, tem havido uma luta sem trégua no interior da Central Única dos Trabalhadores pela hegemonia política. De um lado estão, em larga medida, os sindicalistas que se alinham com as propostas do sindicalismo "autêntico", capitaneadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Do outro lado estão aqueles que se identificam com uma visão sindical mais à esquerda representados principalmente pela corrente "CUT pela base", que tem como centro principal de irradiação ideológica o Movimento de Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo (MOSMSP). Há ainda a Convergência Socialista, que tem tido um crescimento importante nos últimos anos no movimento sindical, bem como outros grupos menores.

E um dos principais temas dessa luta no interior da central sindical é o problema de qual é o seu papel na sociedade brasileira. Em larga medida, para aqueles que se alinham aos sindicalistas de São Bernardo (tendência Articulação), a CUT deve ter apenas uma função sindical: combativa, privilegiando o conflito, levantando bandeiras de luta que não são estritamente sindicais, mas de forma alguma funcionar como um partido político, ou substituindo este. Nesta visão, as questões mais gerais, ainda que tratadas pela central, seriam de competência dos partidos políticos mais próximos dos trabalhadores, em especial o Partido dos Trabalhadores. Os setores mais à esquerda, em que pese suas diferenciações, em grande medida consideram muitas das propostas da tendência majoritária (Articulação) como reformistas e vislumbravam, pelo menos até 1988 (época da realização do III Concut), a possibilidade da CUT desempenhar um papel que normalmente caberia a um partido político, colocando o PT e/ou outros partidos em segundo plano. Maria do Carmo Campello de Souza, analisando esse aspecto da discussão no II Congresso da Central Única dos Trabalhadores, observa que "pela própria

fragilidade do sistema partidário, que o torna incapaz de organizar o universo sócio-político da população ou de articular a própria definição de seus interesses, as centrais sindicais são chamadas a ocupar o espaço dos partidos nessa função junto aos assalariados rurais e urbanos" (Cf. Maria do Carmo Campello de Souza, *op. cit.*, p. 610).

No II Congresso da CUT, por exemplo, realizado em agosto de 1986, concorreram três chapas: a chapa 1, ligada à corrente Articulação, que é liderada pelos sindicalistas de São Bernardo e que obteve 59,9% dos votos; a chapa 2 (CUT pela base) conseguiu 28,95% do total dos votos; uma terceira chapa representada principalmente pelos setores alinhados à Convergência Socialista ficou com 11,07% dos votos. Como se vê, a situação não é de todo tranqüila para a corrente que atualmente é hegemônica no interior da central sindical. Se a Articulação tem cerca de 60% dos votos, a esquerda mais radical possui os restantes 40%. De certa maneira, o III Congresso realizado em 1988 manteve essa mesma correlação de forças. Esse aspecto ajuda a entender as ambigüidades na prática e no discurso da CUT, ora buscando negociar os conflitos, ora apostando no confronto, em um dado momento aceitando discutir o "entendimento nacional" e em outros se recusando a participar dessa negociação. De todo modo, estamos às vésperas do IV Congresso que se realizará em setembro deste ano; além das mudanças nos estatutos realizadas no III Concut que propiciarão uma maior participação dos sindicatos em detrimento da base, teremos também a entrada oficial do sindicalismo ligado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e de uma parte significativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Todos esses aspectos serão levados em conta, sem dúvida, nesse Congresso que estará definindo o projeto da Central Única dos Trabalhadores para os próximos anos. ■

Prática sindical: discutindo o dia-a-dia dos sindicatos

Adair Barcelos,
Carmem Ribeiro e
Tarcisio Zimmermann*

É inegável hoje o crescimento do movimento sindical no país. Aumentou o número de entidades e seus filiados, o volume de lutas e a presença no cenário político nacional. Cresceu a complexidade ideológica assumida pelas diferentes correntes do movimento e suas conseqüentes estratégias propostas. Essa diversidade colocada pela conjuntura tem provocado junto à direção do movimento e junto às entidades de assessoria uma permanente revisão das compreensões teóricas e políticas que se fazia sobre o movimento e dos métodos de trabalho educativo que foram implementados até agora.

No que se refere à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a dimensão nacional e a importância política que assumiu, a diversidade de formas organizativas que abriga (sindicatos, associações, departamentos, oposições, federações etc.), a pluralidade política marcada até agora por uma difícil convivência interna, o conjunto de programas e projetos que tem desenvolvido (saúde, formação, tecnologia etc.), revelam que esta complexidade e este crescimento mencionados assumem nesta central uma dimensão extraordinária.

Em Porto Alegre já há algum tempo entendemos que um trabalho educativo junto aos sindicatos cutistas precisa tentar compreender essa dinâ-



Carlos Mesquita/AJB

* Técnicos em educação popular da Equipe Sindical da FASE em Porto Alegre.

mica global na sua diversidade, ou pelo menos sobre ela formular algumas hipóteses que embasem o processo de educação sindical. Isto é imperativo principalmente quando o movimento procura refletir sobre sua prática sindical (e que concepções a impulsionam), visto que a prática cotidiana, além de pôr em ação várias expectativas pessoais, se assenta sobre projetos políticos, formas organizativas que passam também elas a condicionar esta prática, uma relação de poder estabelecida com as bases e com o Estado.

Ao lado desta pluralidade de questões, nossa experiência educativa tem visto reforçarem-se, por outro lado, métodos bastante tradicionais na condução de sindicatos, fruto principalmente de inúmeras dificuldades em superar toda uma estrutura herdada que resiste a modificações e que acaba impondo formas de ação política que efetivamente dificultam o caminho no sentido de consolidar um sindicalismo democrático e organizado na base.

Em especial, tem sido nossa preocupação compreender por que as tarefas de democratização da vida sindical, no que se refere à criação de espaços amplos de participação das bases e de diferentes propostas políticas dentro dos sindicatos, e de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho acabam não sendo priorizadas pelos sindicatos cutistas.

O tratamento destes dois temas junto a lideranças tem passado por várias marchas e contramarchas, seja porque grande parte delas ainda não está suficientemente sensibilizada para o assunto, seja porque outras prioridades momentâneas relegam para o momento seguinte o problema. Neste aspecto, uma das dificuldades neste campo é o de saber enfrentar a acentuada inserção cotidiana levada pelas direções da central, o que acaba no mais das vezes criando empecilhos à realização de iniciativas mais sistemáticas. É comum experiências iniciarem e estancarem-se pela metade em razão da intensa absorção a que ficam submetidas estas lideranças, im-

pedindo-as de acompanhar ou, em muitos casos, assumir efetivamente as iniciativas.

Diagnóstico sindical

Frente a esta realidade, admitimos que uma das formas de compreender tal problemática e de superar as dificuldades em consolidar processos educativos dentro da central seria a de desenvolver iniciativas que, buscando o conhecimento objetivo sobre a vida dos sindicatos cutistas, através do levantamento de dados, numa espécie de diagnóstico das ações políticas neles existentes, permitisse avançar em experiências que atingissem um número maior de entidades. E que, indo além, superasse a iniciativa localizada e lançasse alternativas a um conjunto maior de lideranças, justamente com o objetivo de promover um debate mais amplo, dado coletivamente, e que não ficasse preso aos impasses da vida cotidiana da central, embora seja esta "vida cotidiana" muito importante para o tipo de trabalho desenvolvido, pelo que efetivamente revela.

A concretização destas idéias expressou-se no projeto denominado Diagnóstico Sindical, cujo objetivo era trazer ao debate uma realidade pouco trabalhada em geral pelas lideranças cutistas. Com este projeto, pretendemos fazer um levantamento geral sobre a vida sindical de trabalhadores urbanos no RS, no que se refere ao funcionamento de diretorias, à existência de formação e imprensa nos sindicatos, às formas de lutas

**Por mais radical
que tenha sido a
retomada das lutas
sindicais após 1977, a
herança do passado
persiste e faz escola**

empregadas e ao estilo de negociação com o empresariado, à real dimensão dos aparatos burocrático-assistenciais, ao nível de organização de base e de democratização dos sindicatos, entre outras informações.

Esta iniciativa foi pensada não simplesmente para demonstrar com dados quantitativos estes ou aqueles problemas dos sindicatos, mas para estabelecer uma dinâmica de reflexão sobre o projeto de construção sindical da CUT, a partir de informações objetivas que desnudem os vários recortes da ação sindical. O processo posterior, de retorno às lideranças do que foi pesquisado, está sendo feito através das várias regiões do Estado, nos quais o debate sobre a prática sindical é a questão central.

O projeto Diagnóstico Sindical, como foi denominado, está se realizando, portanto, em convênio com a Secretaria de Política Sindical da CUT-RS junto aos sindicatos filiados a esta central. A pesquisa de campo foi desenvolvida do final do ano de 1989 até o presente.

O universo da pesquisa foram os 54 sindicatos de trabalhadores urbanos filiados à CUT até agosto de 1989 que, para efeitos de uma melhor caracterização, foram divididos em 4 setores: funcionários públicos, trabalhadores na indústria, profissionais liberais e trabalhadores em serviços.

A análise do nível de organização de base e democratização presentes nos sindicatos cutistas deve levar em consideração que mais da metade dos dirigentes (79,6%) está há pouco tempo à frente dos sindicatos, em uma primeira ou segunda gestão. A metade destas entidades (53,7%) foi tomada por movimentos de oposição sindical que herdaram estruturas burocrático-assistenciais de antigas diretorias. Vale destacar também que dos 54 sindicatos filiados até agosto de 1989, exatamente a metade, ou seja, 27, é do setor da indústria, onde, em especial, os direitos sindicais não conseguem transpor a porta das empresas, local marcado pelo des-

potismo patronal, com relações de trabalho calcadas no autoritarismo.

A questão da democratização dos sindicatos de base da CUT no RS foi analisada a partir da existência e funcionamento de instâncias deliberativas que, de alguma forma, possam ampliar a participação das categorias nos processos decisórios para além das já previstas pelo antigo Estatuto padrão. Para tanto tomamos em consideração basicamente dois organismos, o Conselho Deliberativo e os congressos de categoria, em razão de, pelo menos no RS, o surgimento de conselhos deliberativos em alguns sindicatos estar associado à idéia de ampliar as possibilidades de participação e democratização, visto que na maioria dos exemplos conhecidos a presença de delegados, cipeiros, comissões, representantes, e em alguns casos até mesmo de simples militantes era assegurada. Em relação aos congressos, a mesma idéia se coloca.

Velhas e novas estruturas

Os dados da Tabela 1 estão a nos indicar que menos de 1/3 dos sindicatos cutistas conta com instâncias do tipo conselho deliberativo. Estes dados assumem maior expressão quando constatamos que aproximadamente 60% dos sindicatos já realizaram alterações estatutárias, sendo que apenas uma pequena parcela aproveitou este momento para discutir com a categoria e fazer constar o conselho dentro de suas instâncias.

Procuramos verificar, também, a relação entre a existência do conselho deliberativo e a origem da diretoria. Chamamos aqui de origem das diretorias à característica segundo a qual estas lideranças adentram na CUT. Pela pesquisa identificamos 4 possibilidades: grupos que eram oposição sindical, grupos que criaram novos sindicatos (criação), grupos que se compuseram com setores não explicitamente identificados

Tabela 1

EXISTÊNCIA DE CONSELHO DELIBERATIVO NOS SINDICATOS, POR SETOR (%)

	Func.públ.	Indústrias	Liberais	Serviços
Existe	75,0	14,8	20,0	39,0
Não existe	25,0	85,2	80,0	61,0

Tabela 2

EXISTÊNCIA DO CONSELHO DELIBERATIVO POR ORIGEM DAS DIRETORIAS

	Composição	Criação	Oposição	Adesão
Func.públ.	0	1	2	0
Indústria	1	0	3	0
Liberais	1	0	0	0
Serviços	0	4	3	0
Total	2 (22%)	5 (45%)	8 (27,6%)	0

Tabela 3

SINDICATOS QUE JÁ REALIZARAM CONGRESSO (%)

	Func.públ.	Indústrias	Liberais	Serviços
Sim	75,0	14,8	40,0	33,3
Não	25,0	85,2	60,0	66,7

com a CUT (composição) e antigas diretorias que aderiram à central (adesão). Chama a atenção o alto número de sindicatos recém-criados e que têm conselho e de outro o número relativamente pequeno de sindicatos tomados por oposições sindicais ou cujas direções resultam da composição de setores cutistas com outros que criaram instâncias democráticas de novo tipo para alterar a estrutura de poder das entidades. Veja Tabela 2.

O quadro não é muito diferente quando analisamos a questão dos congressos, conforme pode ser observado na Tabela 3.

Aqui também vemos que menos de 30% dos sindicatos cutistas têm a prática de realizar congressos. Cabe salientar que a pesquisa não considerou congressos apenas aqueles encontros formalmente definidos como tal, pois neste caso os percentuais seriam ainda menores.

A ausência destas práticas nos sindicatos, em especial nos da indústria, não é resultante, como algum tempo atrás, da imposição por parte do Estado de um modelo de sindicalismo. Ao contrário, a obrigatoriedade do Estatuto padrão já foi extinta há 5 anos e mesmo durante sua vigência havia a possibilidade de introduzir na prática e mesmo formalmente estas instâncias. Por isto, cabe aqui a pergunta: o que concretamente tem impedido avanços mais significativos na esfera da democratização e na abertura de novos espaços de participação nos sindicatos cutistas?

Algumas idéias podem ser sugeridas. Em primeiro lugar parece que estamos constatando uma evidente acomodação à estrutura herdada, existindo poucas iniciativas políticas para construir um sindicato que, internamente, em sua forma organizativa, agregue novos mecanismos de participação e democratização. Isto fica mais evidente quando observamos que os sindicatos recém-criados sob a influência da CUT, e que portanto não herdam nem a estrutura formal nem os aparelhos já montados, têm muito maior agilidade na implementação destes novos mecanismos do que aqueles originados na adesão, composição ou oposição sindical. Contraditoriamente, estes últimos teriam muito melhores condições de implementar estes novos avanços, ao menos do ponto de vista das condições materiais.

Em segundo lugar, os dados estão a demonstrar a insuficiência da com-

preensão crítica por parte dos militantes e dirigentes do significado da estrutura herdada e de uma maior clareza política dos princípios cutistas, cuja aplicação efetiva coloca a necessidade de mudanças nas estruturas e nas práticas sindicais.

Democracia de base

No que se refere a iniciativas dos sindicatos cutistas no incentivo à organização de trabalhadores nos locais de trabalho, seja através de comissões de fábrica, cipas, grupos de fábrica ou delegados sindicais, a pesquisa nos revela que os grupos informais ou permanentes e comissões são praticamente inexistentes nas categorias cutistas.

Grupos informais e grupos permanentes são aqueles sem reconhecimento legal por parte do empresariado. Os primeiros têm funcionamento irregular, surgindo em momentos específicos das lutas sindicais; os permanentes já possuem uma dinâmica de funcionamento mais fixa.

Já em relação aos delegados sindicais, o quadro é um pouco melhor, pois encontramos delegados em 12 sindicatos (22%). Neste particular, cabe destacar a categoria dos bancários que por força de conquista via negociação tem delegados sindicais nos principais bancos estatais. No entanto nos bancos privados a figura do delegado ainda não existe.

Em relação às Cipas - que em virtude da estabilidade de seus membros podem se constituir em espaços importantes de organização dos trabalhadores e de avanço do trabalho sindical dentro dos locais de trabalho, de outra forma impedido pela ação patronal e pela ausência de tradição de luta nas empresas -, a situação fica mais clara com os dados da Tabela 4.

Verificamos que mais de 50% dos sindicatos não investem na organização de Cipas. Dos restantes, 33% já organizaram de 1 a 3 Cipas, 7,4% organizaram de 4 a 7 e 5,5% dos sindicatos já organizaram de 7 a 15 e apenas 1 participou na organização de até 20 Cipas. Se tomarmos apenas pelo número máximo de Cipas organizadas em cada uma das faixas da tabela acima, teríamos que os sindicatos cutistas participaram, no limite, da organização de Cipas em 135 empresas, o que já é um dado expressivo, mas ainda muito aquém das possibilidades reais.

No entanto, os dados acima referem-se unicamente à participação dos sindicatos nas eleições das cipas através do recrutamento e apoio a candidatos e chapas. À época da pesquisa eram raríssimos (não mais de 3) os sindicatos que tinham programas de formação e acompanhamento mais ou menos sistemático do trabalho dos cipeiros. Portanto, temos como regra que os sindicatos apenas participam nos processos eleitorais, não potencializando a ação dos cipeiros eleitos, seja na luta por melhores condições de trabalho e saúde, seja enquanto militantes sindicais preocupados em levar para dentro das fábricas as propostas do movimento.

A fragilidade do trabalho com Cipas fica reafirmado pelos dados referentes à existência de estudos sobre condições de trabalho e doenças profissionais nos sindicatos. A pesquisa constatou que 81,5% dos sindicatos não têm qualquer estudo sobre estes temas, que são fundamentais tanto para subsidiar o trabalho dos cipeiros ou grupos de empresa, quanto para impulsionar o processo de lutas por fábrica. Veja a Tabela 5.

Tabela 4

NÚMERO DE CIPAS QUE FORAM ORGANIZADAS DIRETAMENTE PELOS SINDICATOS

Cipas	Sindicatos	%
0	28	51,9
1 a 3	18	33,3
4 a 7	4	7,4
8 a 9	2	3,7
15	1	1,8
20	1	1,8

As dificuldades para avançar no processo de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho sem dúvida são bem maiores do que para avançar na democratização dos sindicatos, ainda que esta última dependa em grande medida do primeiro. São dificuldades neste caso derivadas principalmente da acomodação à lógica de uma cultura sindical que possui seus mecanismos de relação com as bases e que prescinde de formas organizativas mais permanentes.

Cultura sindical

A própria repressão patronal, sempre muito efetiva e atuante quando se trata de combater a organização dos trabalhadores, parece ter sua importância reduzida enquanto "condicionante" da pequena existência de iniciativas deste tipo. Isto porque ainda é muito pouco disseminada a utilização de mecanismos como as Cipas, que têm existência legal e garantem a estabilidade a seus membros, estando portanto no mínimo parcialmente protegidos da oposição patronal.

Podemos apontar a profunda necessidade de uma avaliação do que se denomina o "fazer sindicalismo", representado pelo tripé mobilização - conscientização - organização. O sindicalismo cutista é marcado por um enorme esforço de mobilização, traduzido nas grandes manifestações de massa, nas variadas formas de lutas e na presença permanente nas portas das fábricas. As tarefas de "conscientização", expressas na criação de espaços para a reflexão sobre a ação e para a elevação do nível de conhecimentos dos trabalhadores, juntamente com as iniciativas de "organização", são vistas no sentido de fortalecer a mobilização sindical e não encarados como atividades também fundamentais na prática dos sindicatos.

Ao mesmo tempo identificamos que, da mesma forma que a CUT tem tido enorme dificuldade para tratar das questões políticas de caráter mais amplo, como por exemplo, o da sua relação com a dinâmica institucional, no que o episódio do "entendimento nacional" é revelador, igualmente isto ocorre também no plano de seus sindicatos, para

Tabela 5

INICIATIVAS QUANTO À SAÚDE DO TRABALHO, POR SETOR (%)

	Func. públ.	Ind.	Liberais	Serviços	Total
Sim	0,0	18,5	20,0	22,2	18,5
Não	100,0	81,5	80,0	77,8	81,5

desenvolver, de forma consistente, as questões ditas "específicas" que a vida sindical tem colocado, como o problema da saúde, das mulheres, entre outras. O caráter ainda marcadamente economicista que está no centro dos conflitos sindicais travados pelo movimento sindical tem provocado um constante "adiamento" na implementação destas questões.

Por outro lado, também há que se buscar pistas para o entendimento de tal problemática no que poderíamos chamar de "cultura sindical", que se construiu com base em forte presidencialismo, na concentração de poder nas mãos de poucas pessoas, na separação nítida entre sindicato e base,

aquele como portador da delegação de poder ou da representação deste. Esta cultura, por mais radical que tenha sido a retomada das lutas sindicais no país após 1977, resiste e faz escola.

Assim, para terminar, avaliamos que a reflexão sobre a prática sindical cutista, que teve por base um projeto forjado nos inícios da década de 80 e que hoje se encontra atravessado por inúmeros desafios, precisa continuar urgentemente, sob pena de, seja na pressão por respostas políticas conjunturais, seja na execução de atividades setoriais, específicas, junto aos sindicatos, estarmos marcando passo e não conseguindo fugir das amarras de práticas que historicamente foram rejeitadas pela CUT.

assine proposta

Assinatura anual:

2.300,00

Número avulso:

600,00

Se preferir faça sua assinatura pelo telefone



(021) 285-2998

ramal 405



Comissões de fábrica: ainda uma meta por alcançar

Da Redação

Dez em cada dez sindicalistas da CUT sonham com entidades solidamente ancoradas nas empresas. Mas o pequeno número de organizações de base existentes nas fábricas, ou em outros estabelecimentos do setor público ou privado da economia, revela que ainda há algum caminho a percorrer antes que as organizações deste tipo possam ser consideradas uma instituição constitutiva do sujeito sindical no país. Nem sequer o debate quanto ao papel e os objetivos das comissões de fábrica ou de empresa parece ter chegado, de forma expressiva, aos locais de trabalho.

O movimento sindical brasileiro pode, inclusive, já ter absorvido as discussões mais atuais, assim como os atritos ideológicos mais tradicionais, de países mais desenvolvidos. Mas uma diferença substantiva é que na Itália, por exemplo, as controvérsias sobre a natureza e as perspectivas das organizações de base se dão entre sujeitos sindicais construídos e apoiados - mais ou menos democraticamente - por trabalhadores organizados também na base. No Brasil, a diversidade e o pluralismo de opiniões são um privilégio conquistado mas, por hora, reservado às lideranças

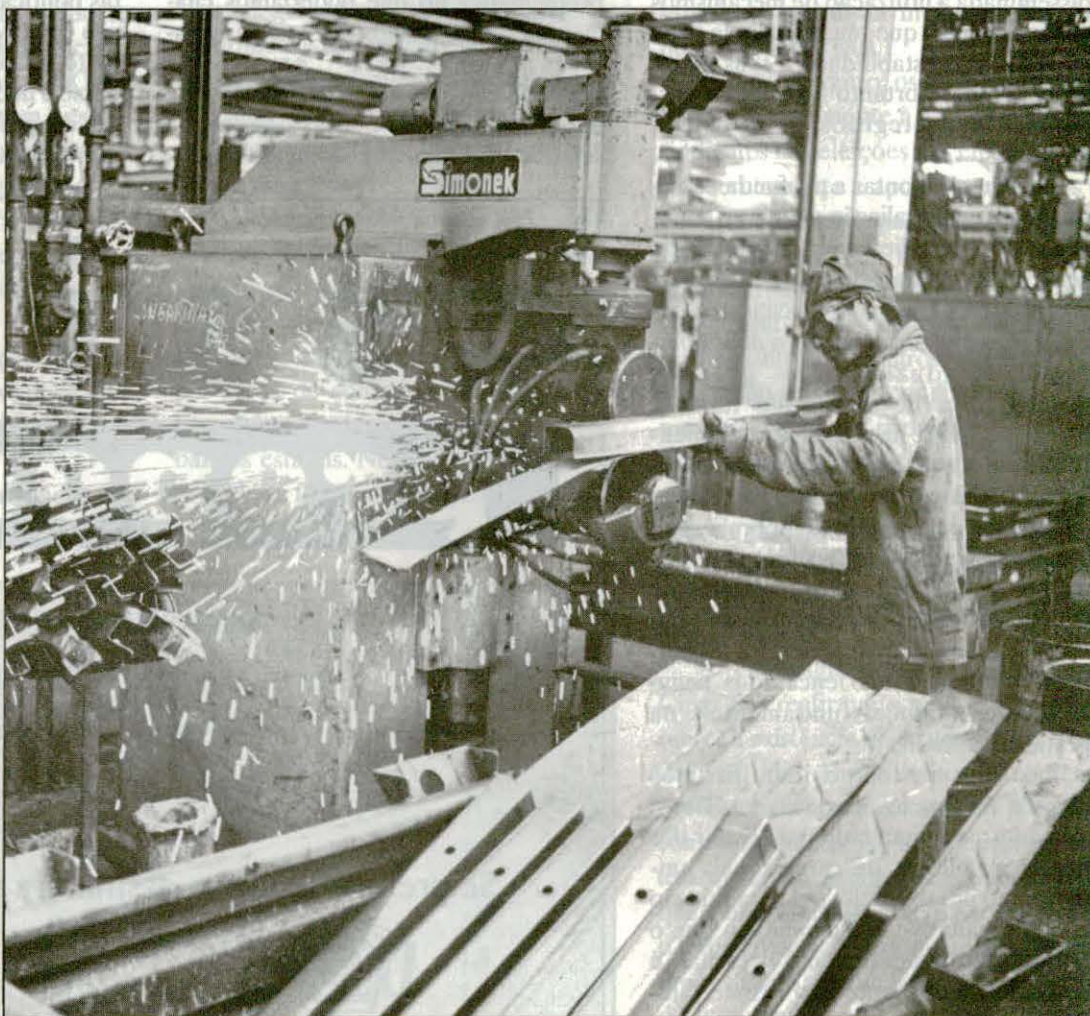
das categorias, enquanto tais.

A CUT, por exemplo, firma-se como uma central pluralista, que abriga diversas concepções quanto aos caminhos da luta sindical, e disputa, com a Força Sindical, a liderança dos metalúrgicos da capital paulista. A FASE/SP ouviu quatro das cinco comissões de fábrica que sobreviviam em 1990 no município de

São Paulo (em 1987, existiam 24 comissões de fábrica na região) e verificou que estas comissões não reproduzem, no interior de cada uma delas, sequer este pluralismo. Ao contrário, na prática, cada uma espelha tão-somente a tendência sindical que representa mesmo quando seus membros militam em diferentes partidos. Vejamos o que pensam sobre si mesmas estas comissões.

Ford Ipiranga: lições de pragmatismo

Segundo Lúcio Belantani, liderança da comissão de fábrica da unidade da Ford instalada no bairro do Ipiranga, zona sul de São Paulo, a comissão de fábrica, ao menos no caso das empresas multinacionais, não é produto da vontade unilateral dos trabalhadores ou dos patrões, mas sim de um acordo entre as



Arioaldo dos Santos/AJB

partes: de um lado, corresponde ao desejo da empresa de construir um interlocutor que participe e facilite a implementação de novas técnicas e novos sistemas de trabalho, além, é claro, de minimizar as insatisfações cotidianas dos trabalhadores; e, de outro lado, corresponde a uma conquista dos próprios trabalhadores, primeiros interessados na negociação de melhores condições de trabalho e que também não deveriam apostar na "quebra dos teares" como forma privilegiada de resistência às tentativas de introdução de novas tecnologias.

A organização de base, nesta concepção, funciona como um sindicato e está voltada, sobretudo, para a negociação ao nível da empresa. Para Belantani, a comissão não se constitui em um poder alternativo dentro da empresa, mas em um espaço que os trabalhadores devem utilizar para ampliar o seu poder de negociação, ampliar a democracia e frustrar eventuais tentativas de cooptação dos trabalhadores pelo patronato, garantindo conquistas no processo de organização ou reorganização da produção. É curioso observar que Lúcio Belantani parece ter avaliado - ao abandonar a CUT e tornar-se dirigente da Força Sindical - que não havia espaço para esta concepção no interior da CUT, ao menos junto à oposição metalúrgica de São Paulo, apesar dos setores, até aqui majoritários no interior da CUT, subscreverem esta visão das comissões como elo decisivo de uma contratação coletiva articulada desde a empresa. O personagem símbolo da Comissão de Fábrica da Ford Ipiranga é o "Zé Contratante".

Coldex Frigor: burocracia enraizada

Como que para mais bem ilustrar os matizes entre as concepções hegemônicas na Força Sindical, temos o exemplo da Comissão de Fábrica da Coldex Frigor - legalizada em 1989, mas instalada desde 1978, por estímulo do seu então superintendente, o empresá-

As comissões de fábrica não são pluralistas: cada uma espelha o trabalho de uma única tendência

rio Paulo Francini. Representando cerca de 400 empregados, empenhados na produção de artefatos metalúrgicos para a refrigeração, a Comissão de Fábrica da Coldex não parece tão preocupada em evitar a cooptação pela empresa e, tampouco, na negociação global do processo produtivo. Seus integrantes foram nomeados delegados sindicais pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, do qual pretendem ser braço no interior da empresa. Segundo Deusdedith Oliveira Santos, torneiro ferramenteiro, na Coldex há 19 anos, a Comissão é "uma forma de como a gente poderia chegar ao patrão reivindicando melhores condições de vida e de salários". Como se vê, não está em pauta o futuro da empresa, mas ajustes no cotidiano imposto, unilateralmente, pelos patrões.

Segundo seus membros, entrevistados pela FASE/SP, a comissão serve para minimizar a repressão no interior da empresa e conquistar melhorias salariais e outros benefícios (multicompras, tratamento médico, dentário etc.). Diferentemente da comissão da Ford, a comissão da Coldex não tem restrições a fazer ou pontos a negociar diante da implantação de novos sistemas de trabalho, como o processo *just in time*: "É benéfico para os trabalhadores", afirma o soldador Jeremias Rosa da Silva. "Quem olhar para a empresa hoje, depois de um ano fora, não vai reconhecer, por que virou um jardim", continua Jeremias. Quanto à participação na implantação do projeto, "eles mostraram para nós, primeiro para a comissão, depois para todo mundo", afirma Antônio Valme Gomes. Ou seja, ao menos na contratação negociada de novas tecnologias, a comissão da Coldex

pode ser uma via de mão única: da empresa para os trabalhadores.

Mapri: conselho para a revolução

Representando 1.680 empregados e ligada à oposição metalúrgica de São Paulo, a Comissão de Fábrica da Mapri, empresa metalúrgica de São Paulo, luta, como a da Coldex, contra a repressão na fábrica, por melhores salários e melhores condições de trabalho. Como a comissão da Coldex, também não ambiciona a negociação do futuro da empresa. Mas por motivos diametralmente opostos: "O capitalismo é sempre selvagem", esclarece Cícero Alvez da Silva, o Biro, um de seus membros. Para Biro, o objetivo último da comissão é politizar os trabalhadores, conscientizá-los.

Trata-se, segundo Biro, de "mostrar aos trabalhadores que o regime capitalista é um regime de classe, e um regime de classe é um regime em que os trabalhadores só vivem e vão viver sempre na miséria". Para Cícero Alvez, a comissão de fábrica "tem um papel importante junto com os sindicatos de luta, sindicatos ideológicos e sindicatos combativos: deixar os trabalhadores afinados para qualquer batalha, qualquer luta que se aproxime no futuro. Comissão de fábrica tem que preparar os trabalhadores se acaso amanhã, e sabemos que vai vir, sabemos que virão dias críticos para os trabalhadores, e dar uma resposta a nível nacional", acrescenta o membro da Comissão de Fábrica da Mapri.

Segundo Mauro Fernando Costa, ferramenteiro e membro da comissão em sua segunda gestão, o papel da comissão não se limita à reivindicação de aumentos salariais, o objetivo seria "preparar os trabalhadores para as greves, para lutas por qualquer reivindicação", e exemplifica com uma reivindicação política. Como exemplo de conquistas no dia-a-dia da comissão, Benedito Fernandes, outro membro da comissão, lembra melhorias no refeitório e a demissão de um

chefe carrasco do departamento médico.

Contratar ou não: debate decisivo

Um maior avanço nas organizações de base e comissões de fábrica parece depender de algumas definições centrais para o sindicalismo brasileiro. Em primeiro lugar, a disseminação da vontade política de construí-la e, não menos importante, uma maior clareza quanto ao papel destes organismos. Se não é possível a superação de algumas divergências, trata-se de buscar estabelecer, pelo menos, propostas que viabilizem a convivência de diferentes concepções no interior dos mesmos organismos, em outras palavras, um compromisso com a tolerância.

Quanto às divergências, estas parecem ignorar as fronteiras das centrais sindicais. Na Força Sindical ou na CUT, conflitam, de um lado, os que vêem na comissão de fábrica um importante instrumento na contratação coletiva do futuro da empresa e, de outro, os que vêem na comissão tão-somente um apêndice de um sindicalismo reivindicativo, seja ele combativo ou de "resultados".

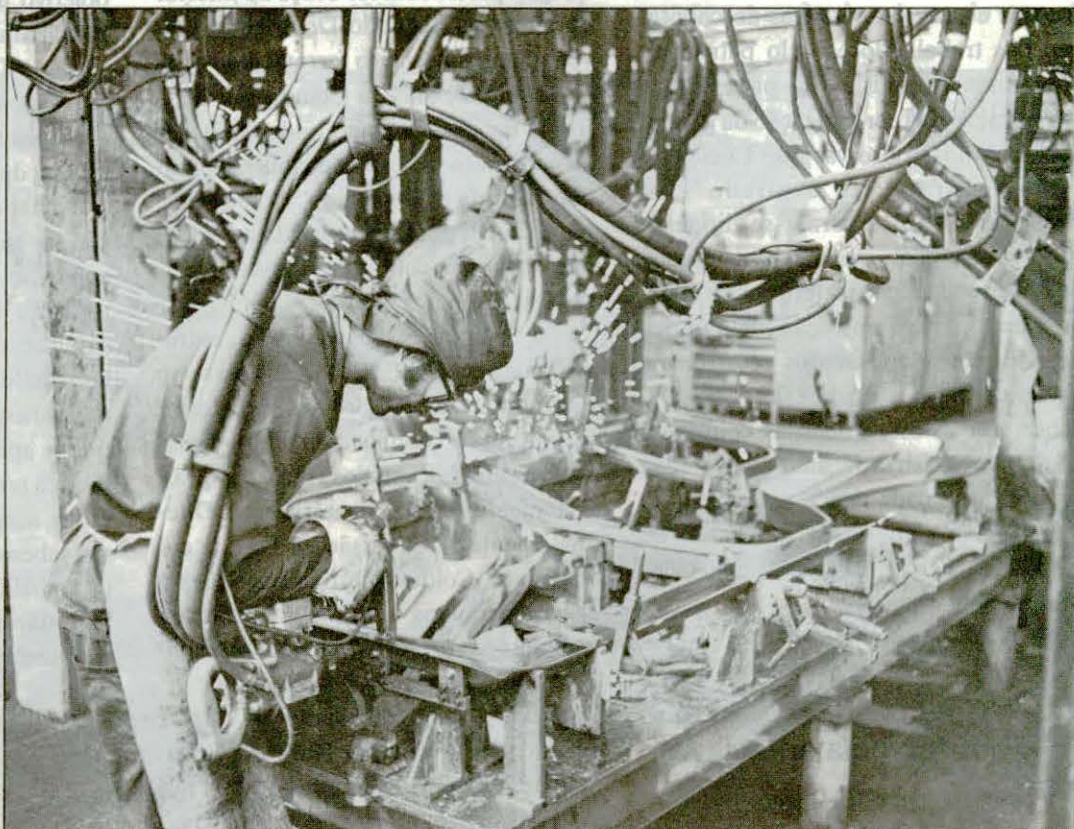
Quanto aos que concebem as comissões como um instrumento para a revolução ou uma materialização da estratégia conselhistas, ou seja, da democracia operária direta, a contratação coletiva aparece como uma sentença de morte e uma condenação dos organismos de base à cooptação. Como afirmou o professor Armando Boito, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/São Paulo), no seminário sobre a Organização no Local de Trabalho: Poder e Democracia,

realizado em São Paulo no segundo semestre de 1990, "a luta contra o autoritarismo despótico de fábrica só é bem-sucedida e só pode ser levada a bom termo caso esteja articulada a uma luta pela revolução, pela revolução política, quer dizer, pela conquista do poder do Estado. Boito, como os membros da Comissão de Fábrica da Mapri, entrevistados pela FASE/SP, não acredita "na possibilidade de se democratizar as relações de trabalho no interior da empresa sem se destruir o Estado burguês". Para o professor da Unicamp, os advogados da democracia na produção sob o capitalismo "são inimigos do movimento operário e agentes dessas novas formas de gestão (participacionistas)".

Como se vê, as questões ideológicas que dividem o movimento sindical em seu conjunto, e até mesmo os partidos políticos de esquerda, também di-

zem respeito às comissões de fábrica: ser ou não ser social-democrata? O que vale a pena é negociar sob o capitalismo? Quanto de cidadania pode ser conquistada sob este regime de produção? O debate não parece ter se desenvolvido o suficiente para permitir a constituição, nos locais de trabalho, de correntes expressivas de trabalhadores em pugna por levar, para o interior das empresas, sequer a relativa democracia conquistada fora dos muros da fábrica.

Finalmente, cumpre constatar que nestes locais de trabalho convivem diversas formas de organização - grupos, comissões, Cipas, delegados sindicais etc. - e que na luta por sua democratização talvez tenha pouco sentido a eleição exclusivista e estanque desta ou daquela forma de organização de base. ■



Arquivo dos Santos/AJB

**O debate sobre as diferentes concepções sobre
as comissões de fábrica
ainda está nas cúpulas, não chegou às bases**

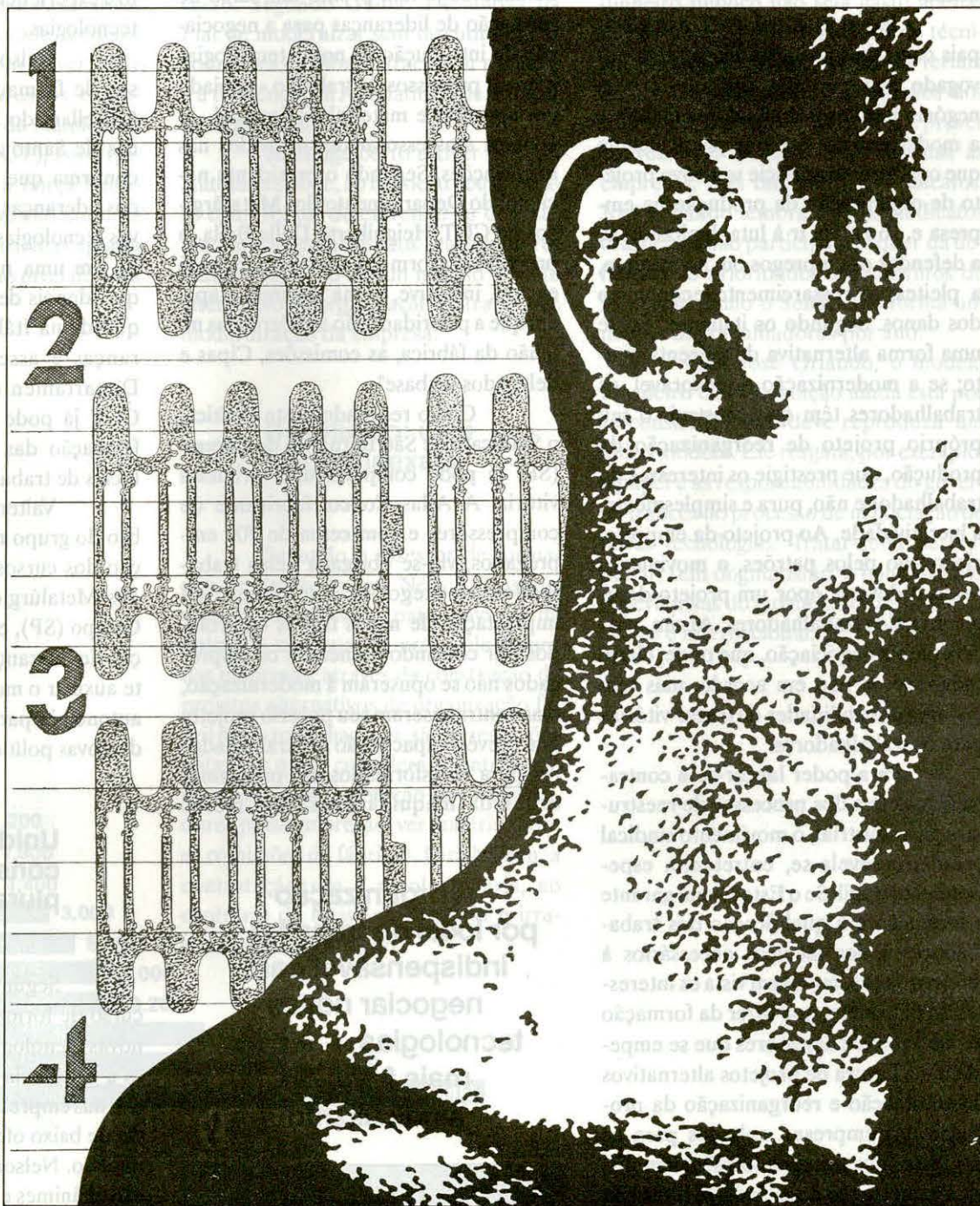
Automação: um confronto pela base

Da Redação

Em uma conjuntura marcada pelo recrudescimento da competição capitalista, os trabalhadores de todo o mundo têm sido obrigados a dormir e acordar ouvindo a mesma música: é preciso reduzir os custos, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade. Para enfrentar esta ofensiva patronal pela modernização e introdução de novas tecnologias - novas máquinas e novas formas de organização do processo de trabalho -, os trabalhadores não têm força para impor o campo de luta. Em todos os quadrantes, o Estado está sob fogo cerrado e o movimento sindical, o primeiro a sofrer sob qualquer ditadura, vê diminuídas, nas democracias liberais, as chances de defender seus empregos e ressarcir-se dos danos eventuais trazidos pela modernização, através de leis protetoras ou políticas públicas alternativas.

Tudo conspira, portanto, para eleger as empresas isoladas como o terreno principal da bata-

Trimano



lha em torno da reestruturação industrial e isto configura um problema adicional a ser enfrentado pelo movimento sindical brasileiro: nunca fez tanta falta uma estrutura sindical solidamente implantada nos locais de trabalho. Tanto mais que uma das táticas alternativas implementadas no movimento sindical internacional - na Itália, por exemplo - para a resistência dos trabalhadores aos processos de modernização nas empresas é, justamente, a contra-ofensiva localizada.

Em outras palavras, as principais centrais sindicais italianas têm advogado, por exemplo, que não é bom negócio para os trabalhadores maldizer a modernização; esperar passivamente que o patronato anuncie seu novo projeto de organização da produção na empresa e, só então, ir à luta, limitando-se a defender os empregos ou, no máximo, a pleitear o ressarcimento econômico dos danos. Segundo os italianos, existe uma forma alternativa de enfrentamento; se a modernização é inexorável, os trabalhadores têm que construir o seu próprio projeto de reorganização da produção, que prestigie os interesses do trabalhador e não, pura e simplesmente, a lucratividade. Ao projeto da empresa, elaborado pelos patrões, o movimento sindical deveria opor um projeto desenhado pelos trabalhadores. Aí sim, partiria para a negociação, que pode, claro, redundar ou não em acordo, mas tem maiores possibilidades de trazer vitórias para os trabalhadores.

Para poder lançar-se à contratação coletiva dos processos de reestruturação industrial, o movimento sindical brasileiro revela-se, entretanto, especialmente frágil. Se o Estado mal garante a formação e a qualificação dos trabalhadores e dos técnicos necessários à modernização, tendo em vista os interesses do patronato, que dizer da formação de lideranças e assessores que se empenhem na feitura de projetos alternativos de automação e reorganização da produção nas empresas, voltados para os interesses dos trabalhadores? Além disso, a contratação negociada do futuro da

empresa supõe organização nos locais de trabalho, não por acaso o elo mais fraco do sindicalismo brasileiro. Mas também não estamos na estaca zero.

Formação: os frutos da solidariedade

O Departamento Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores já tem pronto um curso de formação de lideranças para a negociação da introdução de novas tecnologias e novos processos de trabalho - apoiado em apostilas e material audiovisual - e começa a assessorar os envolvidos nas negociações. Segundo o presidente nacional do Departamento dos Metalúrgicos da CUT, Heiguiberto Della Bella, o processo de formação das lideranças já entrou, inclusive, numa segunda etapa, em que a prioridade são as lideranças no "chão da fábrica, as comissões, Cipas e delegados de base".

Como resultado desta política, o Sindicato de São Bernardo do Campo (SP) já pode computar uma primeira vitória. A Atlas Copco, fabricante de compressores e com cerca de 700 empregados, viu-se obrigada pelos trabalhadores a negociar seu projeto de implantação de novos tornos controlados por comando numérico: os empregados não se opuseram à modernização, mas contrapuseram seu próprio projeto, que prevê a capacitação dos trabalhadores para transformá-los em programadores da máquina e não em meros

A organização por local de trabalho — indispensável para negociar novas tecnologias — é o elo mais fraco do sindicalismo

apertadores de botão, como queria o projeto original.

Segundo o engenheiro de produção carioca José Orlando Gomes, técnico da FASE no Rio de Janeiro, a capacitação das lideranças cutistas para este tipo de contratação começou em 1989. Graças a um convênio assinado entre a CUT e a Federação Metalúrgica (Fion), da Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), uma primeira turma de 11 brasileiros foi conhecer de perto a experiência italiana na área de novas tecnologias.

Nelson Brasileiro de Lima, assessor de formação da Escola Constante Castellani do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, no ABC paulista, confirma que o processo de formação das lideranças para a negociação de novas tecnologias no Brasil estaria entrando em uma nova fase. Nelson explica que, depois de passar a experiência adquirida na Itália para cerca de 50 lideranças e assessores de sindicatos, o Departamento dos Metalúrgicos da CUT já pode priorizar o processo de formação das lideranças nos próprios locais de trabalho.

Valter Cavaglieri Doro, membro do grupo responsável pela elaboração dos cursos e assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), esclarece que esta formação de lideranças de base visa justamente auxiliar o movimento na conquista de autonomia para a definição e a prática de novas políticas sindicais.

Unidade: consequência do pluralismo

Segundo os responsáveis pelo curso de formação da CUT na área de novas tecnologias, tão importante quanto a existência de uma sólida organização nas empresas, é a lição de pluralismo desde baixo oferecida pelo sindicalismo italiano. Nelson, Valter e José Orlando são unânimes em afirmar que as mudan-

ças já estão chegando às fábricas brasileiras, onde ainda encontram, entretanto, uma classe operária em vias de organização. Na Itália, lembra José Orlando, toda fábrica abriga uma comissão e toda comissão abriga, proporcionalmente à sua representatividade, várias tendências sindicais. Mas também neste terreno é possível constatar avanços no movimento sindical brasileiro.

Segundo Heiguierto Della Bella, a parte do contrato coletivo, em discussão atualmente com a Autolatina, referente às questões de saúde, tecnologia e medicina, por exemplo, deverá unir do lado dos trabalhadores os representantes de três plantas da Autolatina: São Bernardo (ligada à CUT), Ford/Ipiranga e Osasco (ligadas à Força Sindical). Ainda não é o pluralismo em uma mesma comissão de fábrica, mas aponta para a sua possibilidade ao nível de uma mesma empresa.

Heiguierto está otimista quanto às possibilidades de contratação e negociação do processo de modernização na Autolatina. O presidente do Departamento nacional dos Metalúrgicos da CUT informa que a empresa holding pretende investir US\$ 1,2 bilhão na modernização de suas instalações no Brasil e traz tanto da Alemanha (Volks), quanto dos Estados Unidos (Ford), a conclusão de que é melhor modernizar com a participação dos trabalhadores no processo. Segundo Guiba, a tentativa da Fiat de modernizar sem discutir com as comissões de fábrica fracassou na Itália e a tendência da Autolatina é de apostar na negociação.

Se Heiguierto estiver certo, a Autolatina pode, ao negociar seu contrato coletivo, ter de enfrentar as diversas tendências sindicais dos trabalhadores unidas em torno de um mesmo projeto alternativo de organização do trabalho e modernização da empresa.

José Orlando acrescenta que a luta desde baixo tem, entretanto, que se combinar com uma pauta de reivindicações políticas por cima. Para ele é inadmissível, por exemplo, que os trabalhadores ausentem-se da cena política na discussão da reestruturação industrial no país em seu conjunto e, ao mesmo tempo, oponham-se à reorganização empresarial sem construir projetos alternativos na base. Nas suas palavras, trata-se de lutar para que o dinheiro público não seja gasto apenas na capacitação e na formação de técnicos para o patronato. Mudanças teriam de ser introduzidas nos currículos dos engenheiros e o governo teria que prever convênios e incentivos não apenas às empresas, mas também aos sindicatos. José Orlando lembra que os sindicatos brasileiros não participam sequer da definição de prioridades em institutos de formação como o Senai, que forma um milhão de trabalhadores por ano.

Para José Orlando, o modelo brasileiro de contratação ainda está por se construir e não deve reproduzir um único modelo. Ele resgata, por exemplo, o papel e as responsabilidades do governo francês no processo de negociação de novas tecnologias. Tratar-se-ia de respeitar, sem dogmatismo, o conjunto das experiências do movimento sindical brasileiro e internacional.

ROBÔS NO MUNDO (1988)



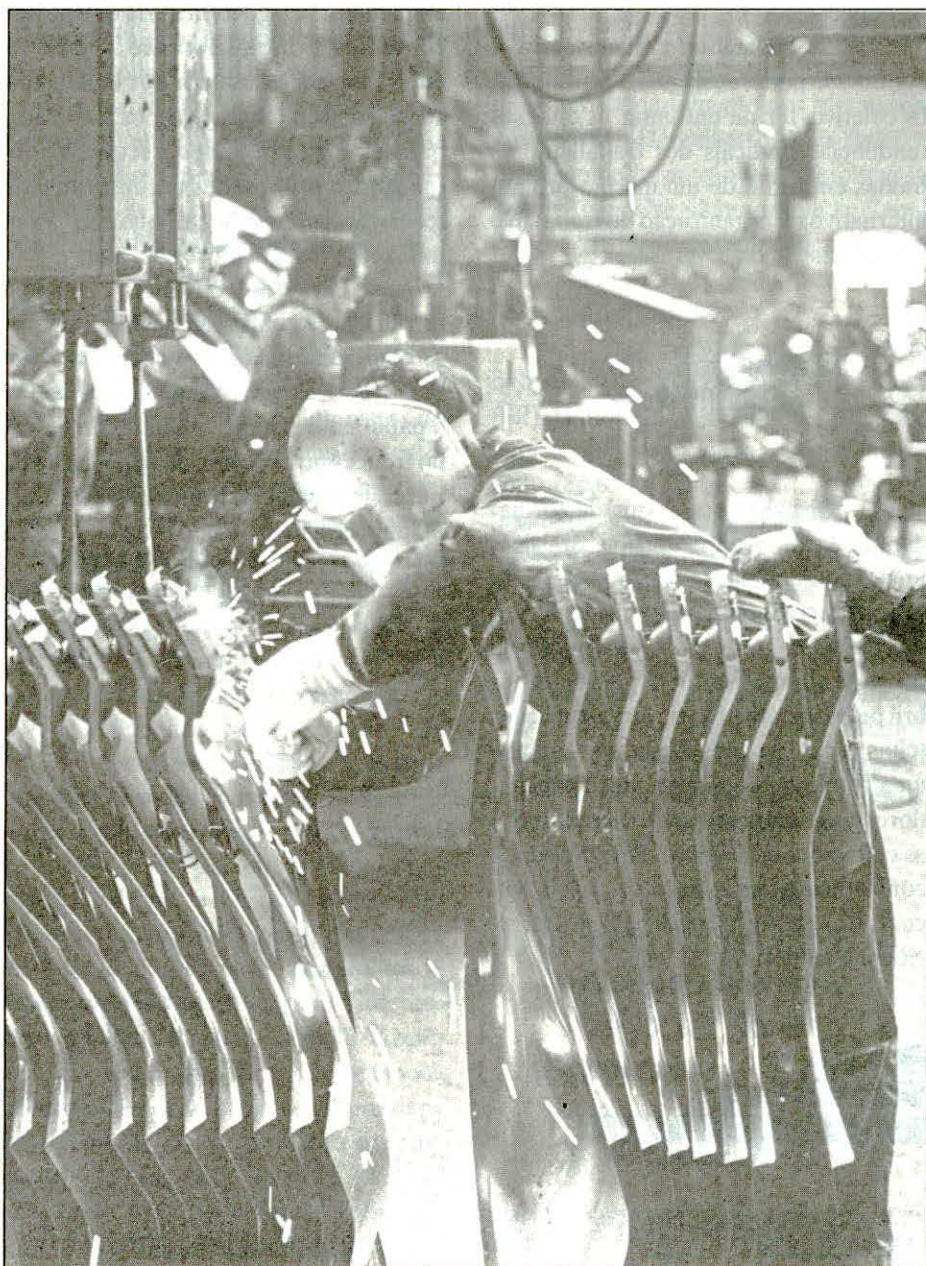
Fonte: Jornal do Brasil

Revolução: uma ciência inexata

Segundo o assessor de formação de Santo André, Nelson Brasileiro, uma das dificuldades para o avanço da tática de contratação prévia do futuro das empresas, através da construção de projetos alternativos de organização fabril pelos trabalhadores, são as restrições feitas por quem considera a contratação uma forma de cooptação dos trabalhadores pelas empresas (ver matéria sobre as comissões de fábrica). Para Nelson, a contratação sim é revolucionária, ao contrário da resistência passiva e irracional à modernização.

Metalúrgicos de São Luís (MA): processo de trabalho, como ponto de partida

●
Da Redação



Wilson Santos/AJB

Se um novo sindicalismo brasileiro tem que se apoiar numa sólida organização por locais de trabalho, a experiência dos trabalhadores metalúrgicos e ferroviários de São Luís do Maranhão sugere uma regra de ouro para todos quantos queiram investir na construção desta nova base: a consolidação dos grupos de fábrica depende menos da agitação e da propaganda política dos interessados em seu fomento que da conscientização dos trabalhadores quanto às especificidades do seu próprio processo de trabalho. O conhecimento e as discussões acerca das condições de trabalho e da forma de organização da produção podem, portanto, ser o melhor ponto de partida para implantação de um sindicalismo de base.

O Estado do Maranhão esperou até o final dos anos 70 para ser "capturado" pelo capitalismo em marcha. Mas o avanço se deu em grande estilo. Há onze anos, a categoria metalúrgica maranhense - até então dispersa em fábricas que abrigavam cada uma delas, no máximo, 500 trabalhadores - viu abrir diante de si as portas de um empreendimento grandioso: a Alumar, cuja dedicação à transformação de bauxita em alumina e de alumina em alumínio absorveu, de uma só vez, um contingente de trabalhadores superior ao conjunto da categoria metalúrgica até então existente no estado. Resultado: uma categoria composta de sete mil trabalhadores saltou, da noite para o dia, para 15 mil

assalariados diretos ou indiretos (empregadas).

Mas o capitalismo tinha mais surpresas para o Estado do Maranhão no final do milênio: nada mais nada menos que o maior empreendimento industrial do mundo, o Projeto Grande Carajás. À primeira vista, neste caso, a categoria mais afetada seria a dos ferroviários convocados para tocar a Estrada de Ferro Carajás. Mas aqui começam os paradoxos.

Enquanto a Companhia Vale do Rio Doce, empresa estatal que lidera o Projeto Grande Carajás, abriu vagas na oficina central de sua ferrovia para metalúrgicos qualificados - torneiros, eletricitas, caldeireiros etc. - oriundos do próprio estado, a Alumar, empresa metalúrgica propriamente dita, contratou mão-de-obra local desqualificada para pegar no pesado e trouxe de fora, até do exterior, o grosso da mão-de-obra mais especializada. Organizados para produzir na Vale do Rio Doce e na Alumar, os ferroviários e metalúrgicos de São Luís passaram a discutir como se organizar para conquistar melhores condições de vida e de trabalho.

Tradição: uma faca de dois gumes

Os metalúrgicos de São Luís contavam com um sindicato, mas os ferroviários da Vale ainda tinham que construir o seu. O melhor da tradição organizativa dos metalúrgicos parece, entretanto, ter beneficiado os ferroviários. O fato é que se construiu um novo sindicato na CVRD, cuja direção é acusada de cooptação pela empresa, mas que tem de conviver com uma oposição solidamente implantada nos locais de trabalho e amplamente majoritária na capital - nas últimas eleições, deu de dez na oficina central, o coração produtivo da empresa. Sindicato e organização por local de trabalho nasceram juntos na Ferrovia Carajás.

Já os metalúrgicos dispunham de um sindicato. Com uma direção tradicionalmente acusada de peleguismo, mas há alguns anos sob a hegemonia da Corrente Sindical Classista e, hoje, filiado à CUT. Um sindicato construído e uma direção plenamente capacitada para a agitação e a propaganda político-ideológica parece, porém, não ser fórmula suficiente, o melhor "abre-te sésamo", para a organização dos trabalhadores. Na Alumar, o sindicato da CUT não tem presença expressiva entre os trabalhadores. Se a melhor via de acesso aos que queiram ajudar no processo organizativo dos metalúrgicos de São Luís não era o sindicato, mesmo que o trabalho tivesse que ser feito com ele, como fazer? A equipe da FASE em São Luís acredita ter encontrado uma boa alternativa. Se o trabalho de educação popular não pode ser feito através da organização existente nos locais de trabalho, por que não fomentá-la a partir dos locais de moradia? Se a categoria se caracteriza, na Alumar, pela presença majoritária de mão-de-obra jovem, ainda pouco politizada, por que não iniciar as discussões e aglutinar os trabalhadores pelo debate do próprio processo de trabalho?

O ponto de chegada da organização de base dos trabalhadores em muitas empresas brasileiras - o conhecimento abrangente dos processos e métodos produtivos - em São Luís tornou-se também o ponto de partida: de um ano para cá sete edições de um boletim - o *Antena Metalúrgica* -, centrado na discussão do processo produtivo da Alumar (seus ritmos, suas agressões à saúde, seu descompromisso com o emprego e sua indiferença aos interesses

A organização de base depende da consciência dos trabalhadores acerca do processo de trabalho

dos trabalhadores), tem se revelado o melhor instrumento para a reunião dos trabalhadores em torno dos seus interesses e, talvez, a via mais curta para a sua sólida organização de base. A via talvez seja a mais curta, mas não é necessariamente a mais fácil. Implicou em pesquisa (documentos da empresa, consulta a especialistas da universidade e, sobretudo, junto aos próprios trabalhadores) e conhecimento.

Trabalho educativo

Trecho de um documento da equipe da FASE em São Luís, que transcrevemos a seguir, fornece uma visão mais detalhada do trabalho educativo com os metalúrgicos da capital maranhense:

"No ano de 1990, a partir de julho, resolvemos fazer uma pesquisa entre trabalhadores metalúrgicos, com a finalidade de adquirirmos maior conhecimento sobre suas condições de trabalho e sua organização.

"Para tal, elegemos cinco bairros de São Luís, com acentuada concentração de metalúrgicos e predominância de operários da Alumar, fábrica conhecida pela propaganda de sua segurança e pela alta tecnologia.

"A pesquisa objetivava agrupar metalúrgicos para analisarem as condições em que trabalham (ritmo, produção e ambiente) e incentivá-los à Organização por Local de Trabalho, como forma de intervir nesse processo e ampliar suas reivindicações, saindo assim da esfera puramente econômica.

"A pesquisa consiste em entrevistas, que são periodicamente publicadas no boletim *Antena Metalúrgica*, o qual circula simultaneamente nos cinco bairros eleitos para a pesquisa e é utilizado como instrumento de discussão entre estes trabalhadores.

"A Alumar foi implantada no seio da Ilha de São Luís, há dez anos (1980), como parte da estratégia do

avanço do capital na região amazônica.

"Esta fábrica concentra a maior parcela de mão-de-obra da cidade de São Luís-MA. No setor metalúrgico, cerca de 8.000 operários estão direta ou indiretamente (empreiteiras) a ela ligados.

"Dedica-se à produção de alumina e alumínio e divide-se em dois grandes setores, que na verdade podem ser caracterizados como duas fábricas: são a Refinaria e a Redução.

"A Refinaria, responsável pela transformação da bauxita em alumina, possui cinco seções: Digestão, Clarificação, Precipitação, Calcinção e Casa de Força.

"A Redução é a parte da fábrica que transforma a alumina em alumínio e tem três seções: Reatores, Salas de Cubas e Lingotamento.

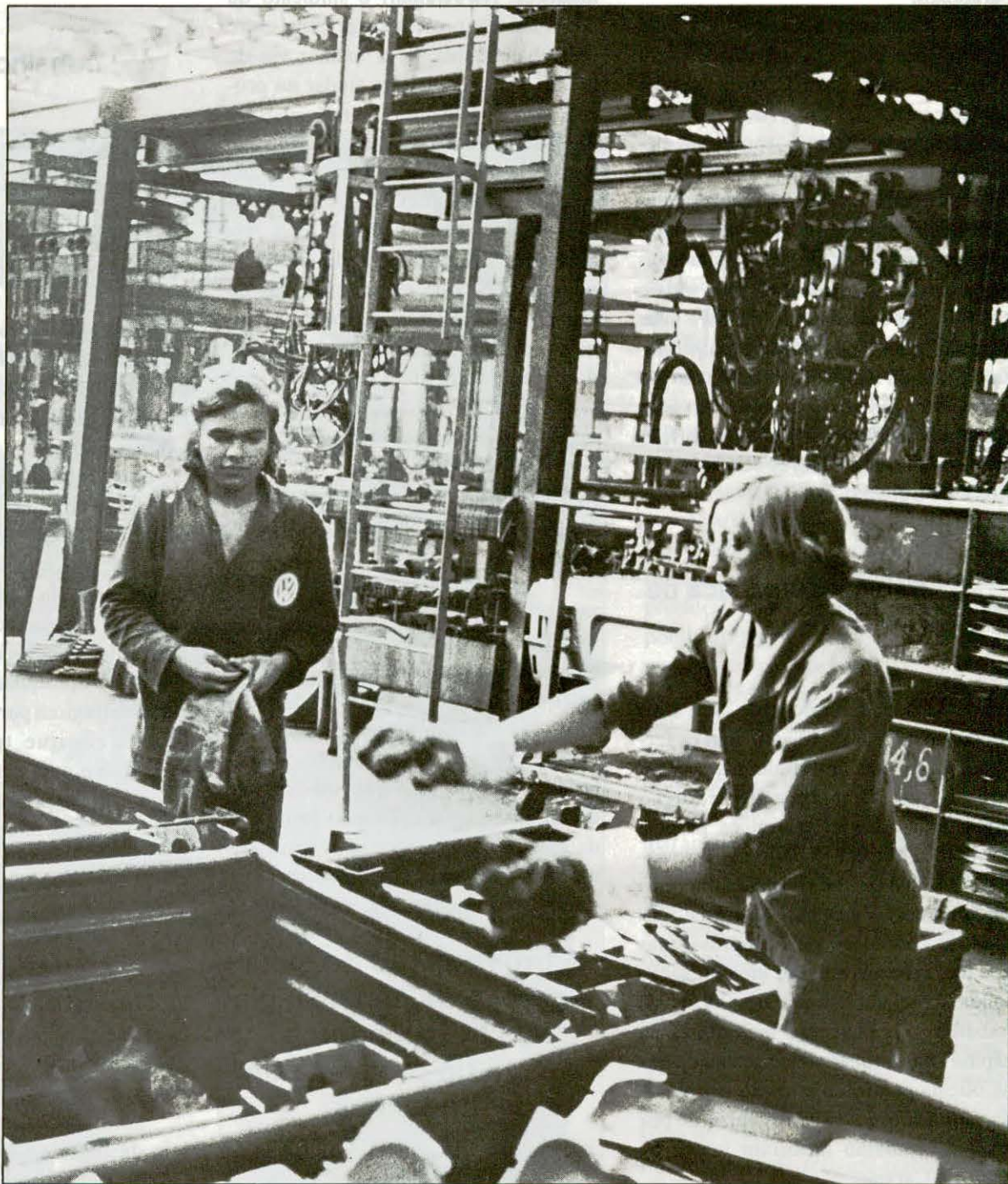
"A pesquisa já contemplou apenas as seções da Digestão e Clarificação, ligadas à Refinaria, o trabalho dos operadores de Salas de Cubas, vinculados à Redução e o trabalho realizado nos refeitórios da Alumar. Primeiros dados da pesquisa: 1- Digestão, 2- Clarificação, 3- Salas de cubas, 4- Refeitórios. Para uma idéia mais clara do traba-

lho, veja o boxe sobre os operários do setor de Digestão."

Digestão

"A refinaria da Alumar é a área responsável pela produção de alumina. Nesta área, existe um setor denominado de digestão, o qual recebe a matéria-pri-

ma (bauxita) e já no pátio de estocagem, através de um *reclaimer* ou recuperador, é colocada em correias transportadoras e levada até os silos e, em seguida, passa aos moinhos onde é moída juntamente com o licor e transformada em pasta. Esta pasta é levada aos tanques de estocagem e, dando continuidade ao processo, passa pelo tubo misturador, digestores, *flass* e *blow-off*, de onde é diretamente transferida a outros setores da refinaria, nos quais continua o pro-



Arquivo dos Santos/AJB

cesso de produção de alumina. Caso venha a ocorrer algum problema operacional na digestão, pára todo o processo de produção de alumina. Por isso, a digestão é considerada o coração da refinaria.

"No setor de digestão, existe um grupo formado por quinze pessoas, o qual tem a função de apoio à operação em geral. É deste grupo que vamos falar neste número do *Antena Metalúrgica*. Este grupo é o responsável na Digestão, pela manutenção em aquecedores tubulares e pela limpeza dos tanques de estocagem. Todos os dias este grupo desenvolve as seguintes tarefas:

- Troca de aquecedores tubulares;
- Lavagem de aquecedores tubulares, com solução de soda cáustica e ácido sulfúrico;
- Verificação de panos de filtros; e
- Limpeza de tanques de estocagem.

"Todas essas atividades são divididas entre o grupo da seguinte maneira, conforme explica um integrante deste grupo:

Às sete e trinta, chegamos na seção. Primeiro, tem o DDS (Diálogo Diário de Segurança), que é uma discussão de dez minutos sobre questões de segurança no trabalho. Em seguida, o encarregado faz a divisão de tarefas. Nós somos um grupo formado por quinze pessoas, sendo dois encarregados e dois treinando para líderes de grupo, então na verdade somos apenas onze operários para desenvolver o trabalho, e aí o encarregado manda de dois em dois para fazer cada tarefa. Isto acontece todos os dias.

"Em todas essas atividades os trabalhadores deste grupo lidam com substâncias químicas perigosas, senão vejamos: na lavagem de aquecedores tubulares são usados soda cáustica e ácido sulfúrico e na limpeza dos tanques de estocagem é utilizada uma concentração cáustica bastante prejudicial à saúde. E ainda, devemos acrescentar que no desenvolvimento dessas atividades os componentes deste grupo estão sujeitos a

acidentes graves, principalmente na limpeza dos tanques de estocagem, conforme declara este operário:

'Se quebrar a parede de um tanque quando a gente tá lá em cima trepado no andaime e às vezes se um martetele escorregar pode acontecer um acidente grave, inclusive com morte.'

"Todo o trabalho desenvolvido por este grupo é controlado rigorosamente pelo encarregado, que muitas das vezes desconhece o trabalho e está ali apenas para controlar a produção e dar ordens a quem produz, conforme declara este outro operário:

'Ele só faz passar a tarefa, pois a gente sabe praticamente o que devemos fazer.'

"Esta é a turma de apoio da Digestão, que utilizando seus instrumentos de trabalho, já muitas das vezes superados e gastos pelo tempo, como: o martetele, a enxada, a pá, a alavanca e a marreta e ainda se expondo aos riscos da soda cáustica e do ácido sulfúrico e também das quedas de grandes alturas, garante uma maior e melhor produção de alumínio. Mas, esses mesmos trabalhadores que produzem a riqueza, que enriquecem cada vez mais os donos da Alumar, não têm o mínimo de reconhecimento pelo seu trabalho; isto se confirma pela declaração deste operário:

'O nosso trabalho não é avaliado. Nós só somos avaliados quando nossas tarefas não são bem-feitas, aí o encarregado vem reclamar do nosso desempenho e se a gente faz legal ele nem liga.'

"É desta matéria com esses companheiros da Digestão que tiramos alguns pontos para serem refletidos por todos os metalúrgicos, tais como:

- Nossas ferramentas de trabalho são adequadas?
- Qual o verdadeiro papel do encarregado dentro da fábrica?
- Por que arriscamos nossa saúde e até mesmo nossa vida por um salário tão pequeno?
- Como somos considerados pela Alumar ou qualquer outra fábrica?



Boletim Semanal da AGEN

Assinatura Anual:

Individual: Cr\$ 3.500,00
Entidades: Cr\$ 5.000,00
Apoio: Cr\$ 8.000,00

Assinatura Semestral:

Individual: Cr\$ 2.000,00
Entidades: Cr\$ 3.000,00

Exterior:

América Latina: US\$ 40
Outros Países: US\$ 80

Endereço:

Av. Ipiranga, 1267 - 8º andar
01039 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 229-6734
Telex: 11.25824 AECN-BR



JUVENTUDE TRABALHADORA

Publicação da Juventude Operária Católica

Para fazer sua assinatura, envie seu nome e endereço e cheque nominal a JOC. Pode fazer um vale postal se preferir.

Preços:

Assinatura simples: Cr\$ 1.200,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Endereço: JOC

Rua Condessa de S. Joaquim, 215
Bela Vista - 01320 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 278-0099

Anos 90: uma década de incertezas para o sindicalismo?

● Iram Jácome Rodrigues*

A fase heroica do movimento operário e do sindicalismo em nosso país já passou: no período mais recente foi fundamentalmente 78/80, quando o operariado bem como os trabalhadores de classe média - bancários, funcionários públicos, empregados das empresas estatais - e os setores oriundos da zona rural - operários agrícolas, bóias-fria, sem-terras, meeiros, seringueiros etc. - entraram subitamente no cenário nacional trazendo novas demandas que a par-

tir daquele momento passaram a ser obrigatórias no debate político.

A década de 80 foi, em linhas gerais, o período de construção e sedimentação de seus organismos de representação nos mais variados níveis. Comparando com o movimento dos trabalhadores em outros países da América Latina ou mesmo do resto do mundo, a classe trabalhadora e o sindicalismo brasileiro obtiveram ganhos bastante perceptíveis no decorrer dos anos 80. O mínimo que

se pode dizer desse amplo movimento de massas é que ele deu visibilidade à classe trabalhadora no espaço público. No entanto, a década de 90 vem carregada de incertezas para o sindicalismo.

Pós-Constituinte

Como expressão das lutas operárias em todos esses anos a nova Constituição - em que pese a maioria conservadora da Assembléia Nacional Constituinte que aprovou, por exemplo, os cinco anos para Sarney - deu guarida a várias demandas inscritas nas bandeiras de luta dos trabalhadores. Sem dúvida que isso ocorreu durante os trabalhos constituintes muito mais em razão do forte lobby montado pelos sindicatos quando da instalação dos trabalhos da Assembléia Constituinte do que por uma ação mais efetiva, naquele período, do operariado e dos outros setores das classes trabalhadoras.

De todo modo, não se pode obscurecer o fato de que com a promulgação da nova Constituição os sindicatos saíram fortalecidos e, por extensão, ainda

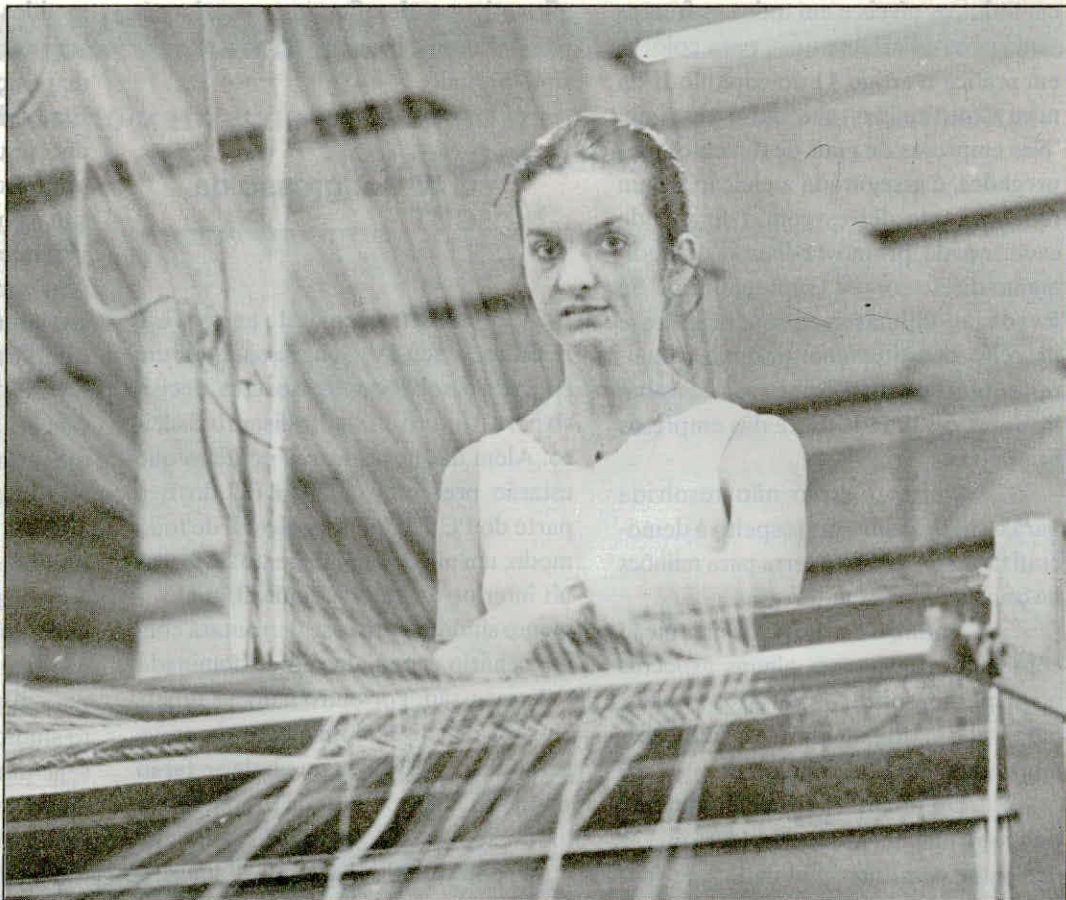


Luiz Luppi/AJB

que não no mesmo nível, também os trabalhadores conseguiram inscrever várias de suas demandas por novos direitos na Carta Magna.

No entanto, aspectos importantes para a vida dos trabalhadores não foram contemplados: o primeiro exemplo é da própria estrutura sindical. Não se eliminou o imposto sindical e, de outra parte, toda a legislação aprovada concernente a essa questão ficou extremamente ambígua e mesmo confusa. Foi necessário que o governo tomasse a iniciativa de acabar com o imposto sindical pela via autoritária de Medida Provisória para que esse instituto maior do atrelamento do sindicato ao Estado fosse extinto. No entanto, isso não ocorreu, houve um recuo governamental a partir das pressões de sindicatos de empregados e empregadores e atualmente a proposta oficial é de extinção do imposto sindical no prazo de dois anos... Por outro lado, a simples extinção do imposto sindical não possibilitará o fim dos chamados sindicatos de "carimbo", entidades sem nenhuma representatividade, pois o antigo imposto se transformou na taxa assistencial cobrada compulsoriamente de todos os membros da categoria - sócios ou não sócios - a partir de uma assembléia do sindicato. Este tributo, além disso, já se transformou, nos últimos anos, na maior parcela da receita dos sindicatos.

De outra parte, aspectos básicos como a estabilidade no emprego, um pleito que simboliza as condições por vezes extremamente penosas do trabalho no Brasil, também não foi atendido. Em seu lugar, foi privilegiada a figura da "indenização compensatória". Na prática, isto garante que os trabalhadores



Wilson Santos/AJB

permanecerão sujeitos à rotatividade da mão-de-obra, ao arrocho salarial e à ameaça do desemprego em massa sem qualquer amparo legal. Para se ter uma idéia do que isso representa basta observar que, em 1985, 5,2 milhões de trabalhadores foram demitidos sem justa causa, o que equivale a 63% das demissões registradas naquele ano (Ministério do Trabalho, Rais/85) (Cf. José Renato Vieira Martins, "Os direitos dos trabalhadores na Constituinte", in *Tempo e Presença*, São Paulo, CEDI, N. 232, julho de 1988, p. 29).

Sem base, pés de barro

Esses dados chamam a atenção para a dificuldade da organização dos trabalhadores sob essas condições: sejam sindicatos, centrais sindicais mas, principalmente, organizações que se estruturam horizontalmente a partir dos

locais de trabalho, no interior das empresas como, por exemplo, as comissões de fábrica ou organismos similares. Ora, à medida que o sindicalismo em seu conjunto não consegue se organizar a contento nas empresas, seus organismos mais gerais como o sindicato ou a central sindical terão pés de barro. Pois a única via de fortalecimento da atividade sindical é a possibilidade de manutenção de uma ampla base de apoio organizada nos locais de trabalho.

No momento, porém, que o empregado pode ser despedido sem justa causa obsta-se sobremaneira a organização dos trabalhadores. Diria mesmo, mata-se no nascedouro qualquer veleiidade de uma ação mais efetiva da mão-de-obra no enfrentamento com o capital. Se o movimento sindical quer ter uma presença mais significativa na vida nacional para mais bem defender os interesses dos trabalhadores terá que encarar de frente esta questão. Nesse caso, uma das saídas visíveis para o sindicalismo poderia ser uma grande mobilização

* Sociólogo, professor da Faculdade de Economia e Administração da PUC-São Paulo e autor de *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*, São Paulo, Cortez/FASE, 1990.

em todos os níveis e em todas as frentes - inclusive o Parlamento -, para colocar em prática o artigo 11 do capítulo II da nova Constituição, que diz o seguinte: "Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores." Se levado às últimas consequências esse preceito constitucional poderá assegurar a organização de comissões de trabalhadores em grande parte das empresas brasileiras.

Outra questão não resolvida para o sindicalismo diz respeito à democratização do acesso à terra para milhões de trabalhadores sem-terra.

Enfim, se a nova Constituição conseguiu avançar em alguns aspectos no capítulo sobre os direitos sociais, para a classe trabalhadora e o sindicalismo ainda há muito a percorrer.

Do ponto de vista estritamente político o movimento sindical terá que se defrontar com uma realidade que mudou abruptamente a partir de março de 1990 com a posse do novo presidente. O sindicalismo tem diante de si um governante sufragado nas urnas pelo voto popular, vale dizer, com bastante legitimidade e que está tentando implementar um modelo econômico de tipo neoliberal. Se o movimento sindical quer manter a sua presença na sociedade brasileira não apenas como mero coadjuvante mas como partícipe dos benefícios do desenvolvimento terá que ter mais sensibilidade política buscando alianças naqueles assuntos que são de seu interesse com setores parlamentares, ampliando suas bases de apoio no conjunto da sociedade, principalmente se implantando realmente no interior das unidades de produção e, fundamentalmente, procurando discutir e formular propostas de alternativas reais de desenvolvimento para o país. Isto é, se o sindicalismo brasileiro quiser ter uma presença mais marcante no cenário político precisará deixar de lado a visão do contra que permeia basicamente o sindicalismo cutista para responder de forma

afirmativa os desafios que se colocam para o desenvolvimento do país no próximo período.

O IV Congresso da CUT

Em setembro deste ano a CUT realizará o seu IV Congresso. Será um congresso, sob todos os aspectos, decisivo para o futuro do sindicalismo brasileiro. Além das novas forças políticas que estarão presentes como o PC do B e parte do PCB, o que significará, de todo modo, um novo realinhamento de forças no interior da central sindical, o movimento sindical cutista se defrontará com um cenário econômico ainda dominado pela recessão. Por outro lado, as repercussões negativas do malogro da greve geral de 22 e 23 de maio ainda se farão sentir no interior da CUT. Some-se a tudo isso o fato do nascimento de uma nova central sindical, a Força Sindical, e teremos alguns dos ingredientes que estarão presentes quando da realização do IV Concut.

A recessão por que passa a economia brasileira, como já dissemos anteriormente, coloca um problema adicional para a estratégia cutista. A classe trabalhadora está vivendo um período de lutas defensivas: defesa do emprego, do poder de compra do salário, enfim, da manutenção de patamares que foram conquistados antes do governo Collor. Se no plano econômico o que impera é uma brutal recessão aliada a uma taxa de inflação que tende a subir nos próximos meses, no plano político, o que se vê é a completa desorganização dos setores de oposição que não conseguem unitariamente ter propostas alternativas à crise que corrói, com rapidez inusitada, o tecido social brasileiro. Essas são algumas das razões, aliadas aos problemas de organização, que levaram ao fracasso do chamado da paralisação nacional de 22 e 23 de maio. Lembrando um conhecido autor, a atual situação em que estão sub-

metidos os trabalhadores propicia tão-somente lutas defensivas, isto é, guerra de posição e não guerra de movimento. Essa sensibilidade política - para entender o que se passa com milhões de trabalhadores que estão vivendo uma situação de arrocho salarial jamais vista, juntamente com uma deterioração de suas condições de vida e trabalho e não apoiaram de forma ativa a greve geral - é importante para que a direção da CUT procure repensar sua estratégia mais geral para o país e, sem dúvida, essas questões estarão no centro das discussões do IV Concut.

De outra parte, o nascimento da Força Sindical coloca um problema adicional para a Central Única dos Trabalhadores, ainda que parte de sua direção não queira ver. Ela veio realmente para disputar a hegemonia do movimento sindical com a CUT - ainda que esse seja um processo de longo prazo. O apoio que conquistou, quando de sua fundação, trazendo para sua área de influência amplas parcelas de sindicalistas próximos do PDT, PSDB e mesmo setores que estavam até então no interior da CUT e do PT, mostram que a estratégia de longo prazo dessa nova central sindical é de se mostrar como uma alternativa à CUT e - por vias transversas, pois sua prática cotidiana ainda não mostra isso claramente - ser um pólo de tipo social-democrata moderado frente à estratégia do sindicalismo-CUT. Se essa perspectiva terá condições de prosperar já é uma outra questão. Há, no entanto, possibilidades para que uma proposta sindical desse teor tenha certo espaço na sociedade brasileira. É dentro desse quadro mais geral que se situa a realização do IV Congresso da CUT.

Por outro lado, o Brasil viu surgir - notadamente pós-78 - movimentos sociais e/ou políticos que despontaram por toda a sociedade. Do ponto de vista das classes subalternas ao que se assistia a partir das demandas colocadas para o conjunto da sociedade era uma busca de redefinição de sua identidade coletiva. E essa questão é bastante pertinente no que tange às classes trabalhadoras: eram

atores em busca de sua identidade coletiva para terem um espaço de intervenção na esfera política. No tocante aos trabalhadores e ao sindicalismo essa dinâmica tem uma singularidade muito específica: somente em um regime democrático lhe serão dadas as condições para a conquista de seus direitos básicos de cidadania, bem como seu reconhecimento como ator social e político. É nesse contexto que emerge mais significativamente o papel desempenhado pela Central Única dos Trabalhadores para um amplo contingente de trabalhadores organizados pelo país afora: ser o estuário por onde passa grande parte das demandas por tantos anos reprimidas dos mais pobres, bem como ser o canal que expressa o alto grau de insatisfação de grandes parcelas da massa trabalhadora que não se conformam mais com uma cidadania de segunda classe e querem participar mais ativamente da vida nacional. Esses são alguns dos desafios que se colocam para o sindicalismo nos anos 90 e que, certamente, serão temas de discussão no IV Congresso da Central Única dos Trabalhadores. ■

A democratização do acesso à terra é questão fundamental para o sindicalismo



Lourdes Grzybowski

Movimento sindical e institucionalidade política

Clarice Melamed*



A. Mariano/AJB

Se nos fizermos algumas perguntas de para onde caminham as principais perspectivas do movimento sindical brasileiro hoje, necessariamente teremos que recompor o quadro dos últimos acontecimentos ao nível da política institucional e, além disso, avaliar qual a influência das recentes mudanças verificadas junto à estrutura econômica e social do país sobre a postura de lideranças.

Mais propriamente no campo sindical, os novos temas com que dirigentes passaram a se defrontar, na última conjuntura de maior democratização do país, estão a nosso ver relacionados às condições de produção vigentes e todas as suas implicações sobre o plano das negociações, assim como à formulação de novos modelos e projetos econômicos. No espaço da empresa pode-se falar, ainda, de Novas Formas de Organização do Trabalho e de Novas Tecnologias frente a uma incipiente organização por local de trabalho.

Nos limites deste artigo pretendemos relacionar o posicionamento de lideranças sindicais no campo do debate econômico e da política-institucional (no que se refere às inovações na esfera da organização do trabalho), apresentando como ator principal em nossa análise a Central Única dos Trabalhadores - CUT - a partir do seguinte roteiro: a) o debate em torno das perspectivas de recuperação e crescimento da economia nacional; b) as principais propostas veiculadas pela direção da CUT Nacional; c) o posicionamento das tendências políticas no interior da CUT; e d) a evolução político-institucional das relações entre Movimento Sindical e Estado.

Quanto às propostas no plano econômico, o último período é extremamente rico e ambíguo para que se permaneça em uma única linha explicativa frente ao conjunto de planos e fórmulas econômicos que foram colocados em prática nos últimos anos. A nosso ver alternam-se contradições de ambos os

* Técnica em educação popular da Equipe da FASE no Rio de Janeiro.

lados: Estado e sociedade, esquerda e direita, centrais sindicais e representações empresariais. Mas existe uma linha predominante em um conjunto de declarações e propostas que indica uma preocupação mais ampla com o fortalecimento das instituições democráticas, o que traz um conjunto específico de questões para o jogo político.

A questão econômica

Do Plano Cruzado de Funaro ao Plano Collor 2 de Zélia desfilou-se um cabedal variado de fórmulas econômicas que oscilam entre a ortodoxia clássica e variados arranjos contendo novas formas de intervencionismo estatal. Se opusermos simplesmente o resultado obtido pelo Plano Cruzado aos atingidos pelo governo Collor, em seu primeiro ano de mandato, chegaríamos rapidamente à conclusão de que vivíamos o paraíso em 1986: a taxa mensal de inflação a partir do Plano Cruzado ficou abaixo de 10% durante 10 meses e em 1986 o PIB brasileiro cresceu 7,6%; logo após o Plano Collor I, a inflação ficou abaixo de 10% durante apenas 3 meses. Em 1990, o PIB foi de 4%!

De certa forma, hoje é moda na política opor o crescimento como uma alternativa à recessão. Entretanto, há menos de um ano atrás esta alternativa não era capaz de gerar um tão vultoso consenso no campo da esquerda.

Quais são as principais causas de persistência de elevados níveis de taxa inflacionária? O que, de fato, se quer atingir quando se propõem políticas combinadas nos planos monetário, fiscal e cambial? É consenso na bibliografia econômica disponível sobre o período que durante a década de 80 o governo, representado pelo Executivo federal, não foi capaz de estabelecer metas de crescimento e nem mesmo controlar fluxos de caixa, fazendo indiretamente elevar o déficit público, sem atingir qualquer resultado significativo sob o ponto de vista social. Apesar

Há uma revalidação da forma mercado como espaço de disputa econômica e política

das tentativas de controle do Estado sobre a economia, com exceção de raros momentos, vivenciamos o pior dos mundos; a vacilante direção estatal esteve associada à plena liberdade dos monopólios e oligopólios estabelecerem seus preços, seus lucros. Grandes *holdings* estiveram acima do Executivo e Legislativo ao definirem regras privadas para o funcionamento do processo econômico. Foi ainda sob estas condições "descontroladas" a nível de mercado que também sindicatos representantes de categorias de maior poder de fogo, sob o ponto de vista econômico, passaram a exercer a defesa de seu quinhão de forma mais eficaz, obtendo, contudo, poucos resultados sob o ponto de vista financeiro propriamente dito.

Alternativas a este impasse continuam em aberto no mercado de idéias entre nossos cientistas sociais e principalmente economistas. A heterodoxia econômica continua em voga até que se atinja uma superação de seus parâmetros conceituais.

Através da adoção generalizada da perspectiva de crescimento, nos parece que no último período houve uma reafirmação (mesmo que velada) da importância, ou ainda revalidação da forma mercado enquanto espaço legítimo de disputa econômica e quiçá política. A que tipo de consequências esta forma de interpretação nos remete?

Qualquer padrão de recuperação que se possa imaginar, partindo-se dos instrumentos teóricos disponíveis, passa hoje, necessariamente, por um arsenal de políticas combinadas. Não é por acaso que a cada novo plano proposto até mesmo pela equipe econômica recém-afastada a comunidade acadêmica de economistas ilustres manifesta-se se-

mifavoravelmente, em geral, a uma parcela razoável das medidas propostas.

No entanto, apesar deste arsenal parecer extremamente complexo e infinito, conta-se com uma alternativa de variáveis limitadas que aplicadas de forma combinada em diferentes momentos podem produzir diferentes resultados ao longo do tempo. Todo o processo de industrialização brasileiro contou com instruções ditadas pelo Executivo que procuravam combinar políticas setoriais a propostas específicas e parciais de crescimento por etapas, processo conhecido como de substituição de importações. A este tipo de orientação desenvolvimentista alternaram-se, em curtos momentos, propostas de liberalização total em que o Estado deixa de aparecer como principal empreendedor da atividade econômica.

Recuperamos alguns fatos recentes com o objetivo de criticar interpretações que opõem recessão a crescimento. Parece-nos que o nó górdio deste debate refere-se ao papel reservado à atuação do Estado, enquanto formulador de política econômica. Um outro olhar desta mesma questão associa-se ao espaço possível de atuação de camadas populares junto a esta formulação. A recessão, após o estabelecimento da teoria keynesiana, ainda na década de 30, não é mais algo que ocorre em condições de crise intrínsecas ao sistema econômico, totalmente fora de controle da ação estatal. Parte de processos recessivos, como o que vivemos hoje, pode ser provocada com intenção de promover uma readequação do sistema a uma nova etapa de crescimento. Com esta afirmação, não estamos querendo apresentar nossa concordância integral com todas as medidas impostas à sociedade pelos variados ciclos recessivos, e em especial o que estamos vivenciando no momento atual. Mas o que, de fato, gostaríamos de chamar a atenção é para a que tipo de conjuntura este quadro nos conduz. Temos basicamente duas alternativas: trabalhar com a idéia de que o arsenal de medidas disponíveis à análise da política econômica encontra-se total-

Trabalha-se a idéia de uma nova sociedade na ausência de uma visão processual sobre uma nova hegemonia



Isaías Feitosa/AJB

mente distante de nossos objetivos de curto e médio prazos; ou então, sofisticar relativamente o debate e mergulhar em uma caracterização mais sutil das orientações adotadas.

Optando pelo segundo destes caminhos, poderíamos exemplificar, para o momento atual, algumas contradições em que se encontra imerso o pensamento progressista no país. De uma forma geral, se critica o neoliberalismo, mas deixa-se de observar o quanto o caráter da intervenção estatal durante os últimos anos já está impregnada de uma orientação privatizante. Não estão definidas, objetivamente, novas propostas de relação entre o público e o privado. Clama-se por uma política que redire-

cione investimentos públicos capazes de gerar como consequência, crescimento econômico e principalmente empregos, mas mesmo assim não se ultrapassa o paradigma keynesiano.

De certa forma parece que se retorna aos anos 60 quando se imaginava ser possível pensar o desenvolvimento a partir apenas das fronteiras nacionais. Em outras palavras, queremos dizer que mesmo a partir de uma correlação de forças bem diferente da existente atualmente no país, ou seja, mesmo num eventual "governo popular", teríamos que dar conta de temas presentes na atual agenda de política econômica. Não há como pensar no abastecimento do mercado interno sem considerar cota-

ções de preços a nível internacional, não há como pensar a modernização da indústria ou mesmo da qualidade do atendimento à população, na esfera de determinadas políticas sociais, sem considerar avanços de ordem tecnológica que já se constituem patrimônio da humanidade. Enfim, não há como pensar o capitalismo em um só país. Mesmo sem abandonar a perspectiva da construção de uma sociedade mais igualitária teremos que dar conta de desigualdades a partir de diferentes situações de mercado.

Desenvolvimento e políticas sociais

Podemos afirmar que se existe um tema que divide e apaixona lideranças da CUT, este refere-se ao posicionamento que a central possa vir a ter frente ao processo de desenvolvimento do país. Colocamos esta questão projetada para o futuro, pois a postura da direção da central ainda vem se caracterizando muito mais por seus aspectos de caráter defensivo do que propositivo. Procurando ultrapassar a polêmica de se cabem ou não às lideranças sindicais apresentar propostas alternativas às grandes linhas da política nacional, o que nos parece de fato verificar-se é que a direção da CUT, na ausência de um projeto ou projetos de cunho estratégico, oscila ao apresentar um conjunto de táticas que variam da aceitação do pacto social à greve geral.

Caberia, então, explicar o que temos em mente por projetos estratégicos. Estes não devem necessariamente dar conta da totalidade do processo social, mas poderiam combinar de forma articulada propostas que sejam do interesse de grupos de trabalhadores que a CUT legitimamente diz representar. Podemos dar alguns exemplos: é necessário ter em mente algumas metas quanto à geração de novos empregos, e para a criação de condições de trabalho na área rural, através do reforço à demanda por um número definido de novos assenta-

mentos por região; é necessário prever o aumento da participação dos assalariados na renda nacional a partir de uma política que possa desenvolver-se em quatro ou cinco anos; é possível imaginar políticas no campo da saúde, do saneamento e da habitação em que ocorra um favorecimento explícito das camadas menos favorecidas e que sejam restritivas à exclusiva ação do mercado.

Cabe à CUT, através diretamente das categorias interessadas ou do conjunto de suas direções intermediárias, criar fóruns em que políticas mais gerais sejam gestadas, discutidas e aprovadas para que possam constituir-se em referencial de luta dos trabalhadores que representa nesta conjuntura.

Como se refletem as divergências entre as diferentes correntes frente aos temas que levantamos neste artigo? Uma parte das diferenças que convivem no interior da central parece estar relacionada à possibilidade ou não de se construir e propor políticas alternativas no espaço desta conjuntura. Uma outra situação muito frequente é a rejeição da participação em debates e acordos cuja iniciativa tenha sido tomada por empresários ou pelo governo. Por outro lado, nos parece que se trabalha com radicalidade a idéia de construção de uma nova sociedade

na ausência da visão processual que indicaria o caminho de edificação de uma nova hegemonia. Entretanto, mais importante do que promover uma caracterização de blocos opostos e reforçar suas nuances, é identificar o efeito político causado por este confronto de orientações que do plano interno da central cada vez mais salta ao domínio público.

Vivenciamos uma comédia de erros na qual, mesmo quando ocorre um ritual de consulta às bases e se atinge um determinado posicionamento, aparentemente coeso e sujeito às exigências da conjuntura, o resultado é nulo, pois a eficácia política, sobretudo se levarmos em conta o atraso na tomada de posições, é muitíssimo reduzida.



Natanael Guedes/AJB

A CUT oscila da aceitação do pacto social à greve geral

Abordando temáticas afeitas ao jogo político-institucional, voltamos a encontrar impasses similares. Silvia Portella (*Cadernos da CUT - Jurídico e Relações Sindicais*, n. 5, jan/fev/março, 1991), assessora da CUT-Nacional, afirma que em função das mudanças ocorridas no mundo do trabalho durante a década de 70 no país, tendo entrado no mercado de trabalho 3,5 milhões de pessoas, somando-se à legitimidade alcançada pela CUT (que representa, já no início dos 90, de "...64% dos metalúrgicos do país, 56% de bancários, 55% de urbanitários, 54% dos químicos, 1/3 de funcionários públicos, sendo que na saúde é de 80% e na educação a presença da CUT é quase total") estaríamos frente à eminente necessidade de transformação das relações de trabalho no país. Elas, da forma como se apresentam, não mais interessariam a ninguém, segundo a mesma autora.

O que nos parece grave neste tipo de raciocínio é imaginar que haja um único formato de sociedade "democrática" que possa resultar do recente processo de transformação social vivido pelo país. Mais grave ainda é imaginar que entre os setores dominantes haja um grande consenso e unidade quanto a possíveis propostas de reordenamento social e, além disso, que na ausência de alianças entre empresários e trabalhadores, propostas mais "progressistas" possam ser aprovadas em forma de legislação.

Relações institucionais

Há três anos a CUT vem atraindo para si o debate a respeito da reformulação das relações institucionais, apresentando como seu carro-chefe a proposta de Contrato Coletivo de Trabalho. Podemos supor que haja um amplo consenso quanto ao significado deste tipo de proposta, pois entendemos que ela amplia o espectro de possibilidades existentes hoje nas formas da negocia-

ção e respectivos conteúdos. Mesmo assim, caberiam alguns esclarecimentos. Logo após a promulgação da Carta Constitucional de 1988, apesar de algumas contradições que esta ainda carrega, no plano dos direitos sociais houve significativos avanços, particularmente no Título V, da Organização Sindical. Permanecem algumas brechas, sujeitas a posterior regulamentação, como é o caso do direito à representação dos trabalhadores no local de trabalho.

Apesar do movimento sindical durante os dois últimos anos não ter, aparentemente, apresentado significativas mudanças de qualidade, supomos que acumulou forças dirigidas à modernização das relações entre capital e trabalho; mais do que isso, podemos observar propostas de mudança oriundas de representações empresariais e do próprio governo.

O que não é tão transparente são os fatores que vêm atrasando a realização deste projeto ou projetos. O que mais chama a atenção na última proposta apresentada pela CUT (*Informe Sindical*, AJB, n. 37, ano III, 8 de abril de 1991) é a abrangência que se quer dar à proposta de Contrato Coletivo - "... (Ele) é o instrumento de caráter normativo pelo qual entidades sindicais de trabalhadores e de empregadores, representativas de um mesmo ramo de atividade econômica, estipulam normas salariais e de condições de trabalho, no âmbito das respectivas representações, às relações de trabalho." Outro artigo propõe: "Por ocasião do processo negocial, as partes poderão eleger árbitros públicos ou privados para a apreciação das matérias nos termos do Art. 114, parágrafo segundo, da Constituição da República." Por último, propõe-se: "...A organização no local de trabalho e a delegação sindical na empresa devem constituir instrumentos prioritários e privilegiados de fiscalização das normas contratadas."

Mesmo não sendo monopólio da central o conteúdo básico dos pontos propostos, pode-se afirmar que é a CUT o principal ator social que tem nos últi-

mos anos chamado a atenção para a necessidade da ampliação da liberdade e, ao mesmo tempo, das garantias necessárias ao real estabelecimento de condições livres de negociação.

Nos últimos meses houve uma troca de projetos entre o Ministério da Economia e do Trabalho em que parte do conteúdo apresentado pela CUT era inicialmente contemplado. A primeira proposta de revisão do Título V da CLT enviada por Antonio Kandir, ex-secretário de Política Econômica à Comissão Interministerial engajada na elaboração das novas regras de negociação coletiva, pretendia garantir, entre outros pontos, a negociação permanente com a participação, além dos sindicatos, de Conselhos de Representação dos Trabalhadores (*Informe sindical*, AJB, n. 36, Rio de Janeiro, 25 de março de 1991); prevê, ainda, a arbitragem privada e multas às condutas de má fé. A este projeto era acrescentado um outro que previa a regulamentação de conselhos em empresas com mais de 200 empregados.

O Ministério do Trabalho, no entanto, enviou uma nova versão do projeto à Câmara dos Deputados, onde se reserva um papel no processo de registro das entidades sindicais; além disso, não incorpora a sugestão de criação das comissões de negociação e atribui o grosso das responsabilidades aos sindicatos, minimizando o papel dos Conselhos de Representação dos Trabalhadores na assinatura de acordos e convenções coletivas. Ignora o princípio da negociação permanente e deixa o caminho livre para o estabelecimento das datas-base pela Justiça do Trabalho (*Informe Sindical*, AJB, n. 38, Ano III, 22 de abril de 1991). A pequena participação concedida às entidades sindicais na sua elaboração obrigou-as a optar pela via da apresentação de propostas alternativas e não pelo caminho das emendas.

Mais uma vez, também ao nível do debate institucional, a CUT parece atrasar-se ao não aproveitar espaços de negociação e composição que sejam mais adequados ao exercício de sua hegemonia como legítima representante

dos interesses da maior parte dos assalariados no país.

É difícil avaliar quais serão os possíveis desdobramentos da luta sindical no país. De um lado, parece ocorrer o amadurecimento de lideranças sindicais; de outro, é visível um certo enclausuramento do atual governo. As últimas tentativas de negociação salarial, montagem de câmaras setoriais, controle de preços etc... parecem indicar uma via autoritária de gestão do conflito entre capital e trabalho. Contudo, mesmo levados ao enfrentamento, os trabalhadores, acuados pelo desemprego e pelos baixos salários, não parecem optar pelo confronto. Resta a criação de alternativas negociadas que se articulem a ações diretas, sem que esqueçamos de dimensionar reais possibilidades de avanços e ganhos, possíveis e ansiosamente esperados, no atual contexto de luta democrática. ■

Novas tecnologias e organização do trabalho



Da Redação

A coleção "Automação e Trabalho", em co-edição Vozes-Ibase merece a atenção de todos os que trabalham com formação e que desejam combinar informação e estratégias de ação sindicais adequadas aos efeitos combinados da reestruturação capitalista com a revolução tecnológica.

A passagem para as formas de automação microeletrônica flexível, com seus impactos e relações com os processos organizativos do trabalho nas empresas, exige uma atuação combinada entre informação-capacitação dos trabalhadores e uma nova tecnologia de lutas e contração que defenda os interesses do trabalho.

No volume acerca da *Introdução à Informática*, de Piero Mussio, acompanhamos as observações sobre o possível alcance e abrangência das transformações em curso, como uma nova e longa transição de matriz ou paradigma tecnológico, com efeitos sociais globais. As tecnologias informatizadas ligadas ao avanço de novas tecnologias, destacadamente as ligadas ao campo da microeletrônica, afetam de maneira acelerada todos os setores da vida social.

A hipótese é de um novo tipo de fábrica, de um novo terreno para a organização do trabalho, em que o ritmo e a forma do trabalho se ligam às redes e cadeias flexíveis, como indica Angelo Dina no seu *Fábrica Automática e a Organização do Trabalho*.

A inovação de produtos e processos, bem como das formas de mando

e das qualificações, a partir do domínio do tempo da máquina na utilização do trabalho humano. Efeitos globais sobre nível de emprego que se ligam a um novo tipo de trabalho, é apontado por Pino Ferraris no seu *Desafio Tecnológico e Inovação Social*.

A crise de identidade, os problemas de adaptação, o sofrimento em face ao desafio. O indivíduo enquanto sujeito enfrentando os aspectos psicológicos das novas tecnologias, esse é o tema de *O Sujeito Frente à Inovação Tecnológica*, de Emílio Rebecchi.

Quanto às respostas do trabalho diante dos efeitos desses processos de inovação tecnológico-organizativa da produção nas sociedades capitalistas avançadas, temos algumas indicações. No volume *As negociações trabalhistas e a introdução de inovações tecnológicas na Europa*, de Piercarlo Maggiolini, encontramos a indicação das exigências de informação e capacitação dos trabalhadores frente aos efeitos globais dos novos maquinários e processos. As exigências que nascem de estratégias patronais de transformação acelerada dos padrões tecnológicos, para fazer face ao poder contratual dos sindicatos e dos organismos de base dos trabalhadores, e para fazer frente aos desafios da competição monopolista e da transnacionalização do capital. Disputar até o fim as condições de manutenção do poder político contratual (do contrato coletivo) enfrentando a reciclagem e requalificação do trabalho, repensando as novas

tecnologias do ponto de vista dos trabalhadores, disputando até mesmo a idéia de "que fábrica queremos?", qual o projeto mais adequado às condições dos trabalhadores. Mais do que uma estratégia de recusa ou de contra-revolução tecnológica, o trabalho interdisciplinar e o esforço de reflexão realizados pela CGIL (Confederação Geral Italiana de Trabalhadores), através da Federação dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, coloca o acento da disputa em torno da transição tecnológica, como um desafio de democratização e difusão de um saber sobre os processos de trabalho.

O domínio do "instrumento": enfrentar o desafio do saber técnico-científico, hoje politicamente apartado pelos grandes projetos de ciência e tecnologia, pelas grandes tecnoestruturas, e por uma re-hierarquização dos processos de trabalho, a partir do domínio das informações e das qualificações transformadas. Flexibilidade induzida, quem sabe revolução necessária, qualquer que seja a resposta exige um esforço de qualificação das "tecnologias de luta do trabalho".

A coleção "Automação e Trabalho" propicia conhecimentos técnicos específicos sobre equipamentos como em *Aplicações da Informática na Indústria Mecânica*, de Roberto Bennati, com o uso de quadros descritivos, de equipamentos e sistemas. A linguagem de técnicos e engenheiros, e o futuro possível das condições de trabalho nas fábricas e escritórios, vai sendo apresentada, ao mesmo tempo em que temos ao longo de todos os volumes um sistema de interrogações, a partir dos elementos gerados pela transição em curso. Todos os livros acima referidos são da coleção "Automação e Trabalho".

Para colocar em discussão os aspectos teóricos gerais das inovações tecnológicas em face dos problemas globais da acumulação capitalista, temos o livro de Eduardo Albuquerque, *A Foice e o Robô: as inovações tecnológicas e a luta operária* (página 7, SP, 1990). A hipótese é de que estamos vivendo uma nova onda de modificações tecnológicas

como resposta aos problemas do esgotamento do ciclo econômico inaugurado no pós-1945. As questões relativas à contradição entre o cálculo e a administração do capital a partir da lei do valor e o processo continuado de revolução técnico-produtiva a que se vê forçado o capital.

O condicionamento da revolução científica conduzida pela necessidade de competição intercapitalista e pela exploração do trabalho. Por fim, a exigência para a classe operária de ultrapassar a camisa-de-força dos condicionamentos do desperdício e do militarismo do capitalismo e da forma mercado (monopolista), bem como dos padrões burocráticos do chamado planejamento centralizado do "socialismo real".

Passando pelas avaliações de diferentes escolas econômicas, como a dos teóricos da regulação, descrevendo o processo capitalista e recolocando as questões teóricas da crítica da economia política ao lado da descrição da difusão nacional das novas tecnologias de base microeletrônica.

O movimento do capital e seus problemas de valorização se apresentam na relação entre ciclos de valorização e ondas de inovação e posteriormente difusão de tecnologias, que atualizam a tendência à mudança na composição orgânica do capital. Mas a não ser que haja um bloqueio classista do caráter predatório dos ciclos induzidos pela exigência de valorização do capital, com a permanência histórica do cálculo econômico decorrente da medida do valor-trabalho, teremos sempre um processo de destruição de forças produtivas e desperdício de esforços.

Para Eduardo Albuquerque continua atual a exigência da combinação de formas de luta pelo controle operário-popular sobre as condições de produção, assim como da exigência de padrões de planificação democrática de caráter socialista, num processo superior de transição que se liga à superação da vigência histórica da lei do valor. ■

L · I · V · R · O · S



O NOVO SINDICALISMO

Ricardo Antunes

Cr\$ 2.990,00

Onde adquirir:

Editora Brasil Urgente
Rua Melo Palheta, 57
05002 — São Paulo — SP
(011) 872-5671



OS TRABALHADORES E O MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

Adriano Sandri

Preço: Cr\$ 3.000,00

Onde adquirir:

Pastoral Operária Nacional
Av. Pres. Kennedy, 1861 — Sala 11
25020 — Duque de Caxias — RJ
(021) 771-3459

No ar, as lutas sindicais

Mabel Luz*

Nos últimos anos foram produzidos vários vídeos que retratam alguns aspectos da questão sindical. Estes vídeos têm sido um instrumento importante nos trabalhos de formação sindical, informação e mobilização das categorias. Cabe destacar também o papel fundamental destas produções no resgate da memória operária e na socialização das experiências.

Sabemos que vários vídeos ainda estão dispersos. O esforço de várias entidades sindicais e de educação popular com acervo catalogado à disposição dos interessados é bastante significativo. A seleção de vídeos apresentada abaixo visa contribuir para a divulgação destes materiais.

- Com união e trabalho

Realização: FASE/Setor Audiovisual
RJ/1983/30'/U-Matic/PAL-M

Um trabalhador conta sua viagem à São Bernardo do Campo (SP) e relata por que e como foi fundada a Central Única dos Trabalhadores - CUT.

- A Ferrovia vai parar

Realização: FASE/Setor Audiovisual
RJ/1986/U-Matic/PAL-M

Vídeo documentando a greve dos Ferroviários da Central do Brasil (RJ), em maio de 1986, destacando o processo organizativo e resgatando um pouco da história da categoria desde 1964.

- Homens entre cristais

Realização: FASE/Setor Audiovisual
RJ/1987/30'/VHS/PAL-M

Registro da eleição da primeira comissão de fábrica de uma indústria de vídeo do Rio de Janeiro.

- Os homens da fábrica

Realização: Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda
Barra Mansa e Resende
RJ/1990/53'/VHS/NTSC

História da formação da classe metalúrgica de Volta Redonda desde o Estado Novo até os dias atuais. Mostrando como o proletariado que foi formado para ser "Operário Padrão", transformou-se em um dos setores de vanguarda do movimento sindical brasileiro.

- Jornal dos Trabalhadores - Greve Geral 86

Realização: TV dos Trabalhadores, CUT Nacional e outras entidades.
SP/1986/50'/U-Matic/NTSC

Aborda a questão da repressão à greve; a distorção feita pela grande imprensa sobre o movimento grevista. Análise e avaliação da greve em 15 estados brasileiros.

- O que é o nosso sindicato

Realização: TVT
SP/ /18'/U-Matic/NTSC

Através de depoimentos de trabalhadores e lideranças sindicais de SBO, o vídeo analisa a importância do sindicato, seu papel e seu funcionamento mostrando também como os trabalhadores vêm e o que pensam do sindicato.

- Linha de montagem

Direção: Renato Tapajós
SP/1982/90'/VHS/NTSC

As greves de 1979 e 1980 em São Bernardo do Campo, as grandes assembleias no Estádio de Vila Euclides e o desenrolar dos acontecimentos.

- Santo e Jesus, metalúrgicos

Direção: Cláudio Kahns e Antonio P. Ferraz
SP/1983/56'/VHS/NTSC

Trata dos assassinatos, das condições de vida e trabalho dos metalúrgicos, da repressão e organização de seu movimento.

- Libertários

Direção: Lauro Escorel Filho
SP/1976/26'/ NTSC

O papel do anarquismo no início do movimento operário em São Paulo. O filme se apóia em fotos, filmes e músicas da época para descrever as primeiras lutas e formas de organização dos trabalhadores.

- Chapeleiros

Direção: Adriano Cooper
SP/1983/25'/VHS/NTSC

Rodado em uma fábrica de chapéus do início do século, o filme evoca uma produção industrial opressiva, onde a anormalidade se torna normalidade e os detalhes banais do cotidiano se tornam expressões de resistência humana.

- 10 anos de nova vida

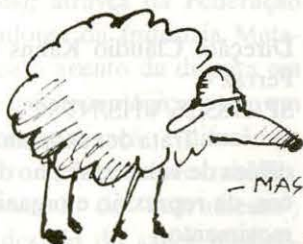
Realização: TVB - Sindicato dos Bancários de São Paulo
SP/1989/25'/VHS/NTSC

Documentário sobre os principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais da história dos trabalhadores no Brasil, no período de 1978 a 1988. Através desses acontecimentos, o vídeo retrata a trajetória do Sindicato dos Bancários de SP nesses 10 anos, desde a vitória da oposição em 1979 até as recentes greves da categoria.

* Assessora de Comunicação Visual da FASE.

CLÁUDIO: O LOBO & A OVELHA

(VOCÊS TODOS CONHECEM A HISTÓRIA:
A OVELHA VINHA CHEGANDO PARA BEBER
ÁGUA DO RIACHO QUANDO ENCONTROU
O LOBO, INSTALADO EXECUTIVAMENTE:)



- MAS ...

- AONDE É QUE VOCÊ PENSA QUE
VAI? ESTE LUGAR É PROPRIEDADE
PRIVADA! NÃO É PERMITIDA A
ENTRADA DE
PESSOAS
ESTRANHAS!



- NÃO TEM MAIS MAIS - NÃO TEM MAIS
UTOPIA NEM COLHER DE CHÁ -
O MUNDO MUDOU, O CARNAVAL MUDOU,
MUDOU O NATAL, SÓ NÃO MUDOU A
REGRAS DO JOGO - E QUEM FAZ A
REGRAS SOU EU!



(COMO SE DIZIA ANTIGAMENTE, A CORRELAÇÃO
DE FORÇAS ERA NITIDAMENTE DESFAVORÁVEL.
PRUDÊNCIA, CALDO DE GALINHA, PÉS (E PATAS)
NO CHÃO, RECUE TÁTICO? NOSSO HERÓI NÃO
SE CURVA A UMA LINHA SOFT E CONTRA-ATACA:)



ORGANIZAÇÃO
DE BASE!
GREVE
GERAL!

(MAS PALAVRAS NÃO SE TRANSFORMAM EM
REALIDADE AUTOMATICAMENTE - HA' QUE
BALAR MUITO - VAI DAI' QUE...)

- APINHA, QUAL É
A PROPOSTA?...



- PÔ, CAIEA, O DESEMPREGO
TÁ DRABO, NÃO TÁ
NÁ HORA!...



- A ÚLTIMA NÃO DEU
CERTO...



- ESSE NEGÓCIO DE ORGANIZAÇÃO
DÁ MUITA MÃO DE OBRA!...



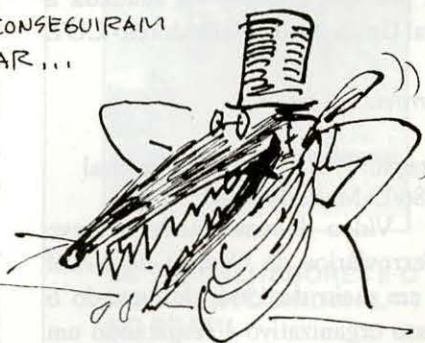
- ACHO QUE A GENTE
PRECISA DISUTIR MELHOR...



- COMPANHEIROS...



- CONSIDERANDO QUE VOCÊS
AINDA NÃO CONSEGUIRAM
SE ORGANIZAR...

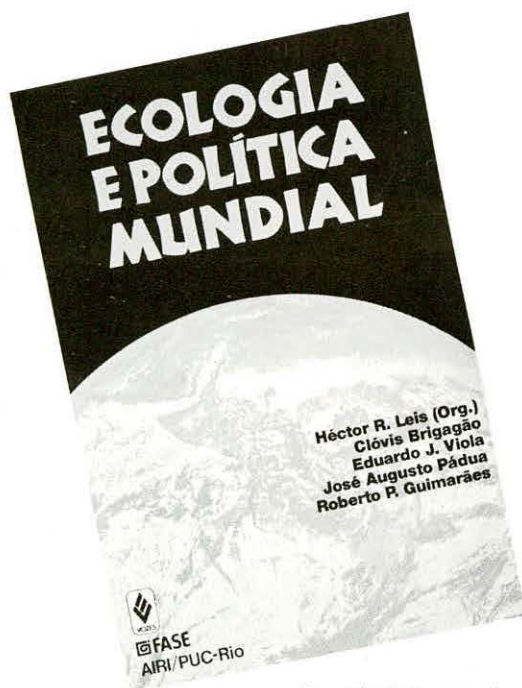


GAASP!

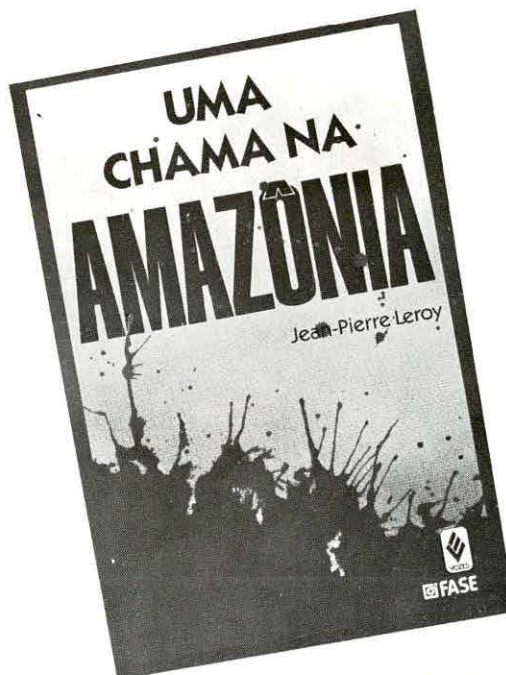
(Aaaaa)

LANÇAMENTOS

E • C • O • L • O • G • I • A



2.750,00



2.800,00

COLEÇÃO SINDICALISMO E DEMOCRACIA

O IBASE está lançando a mais nova série de publicações sobre o Sindicalismo no Brasil

A análise das relações de trabalho existentes hoje, no país, e propostas para torná-las mais democráticas.

O primeiro número traz:

As Relações entre Capital e Trabalho no Brasil: Percepção e Atuação dos Atores Sociais.

- Edward J. Amadeo
- José Márcio Camargo

Faça o seu pedido e confira!

Preço de lançamento:
Cr\$ 800,00



IBASE
Rua Vicente de Souza, 29
Botafogo - RJ - Cep: 22251
☎ (021) 286-0348

A questão étnica nos movimentos sociais

A caminhada de negros e índios na luta pela conquista de sua cidadania no Brasil é o tema do próximo número de **proposta**. A marginalização histórica e presente destes segmentos da sociedade brasileira torna atual e imprescindível o debate sobre sua inserção, sob diferentes prismas, nos movimentos sociais que se organizam e defendem transformações em nosso país.

Negros e índios trazem questões sobre o passado e o futuro da sociedade brasileira. Questionam, incomodam e transformam as consciências das forças sindicais que se opõem à exploração e à continuidade da perversidade do modelo excludente de desenvolvimento.

Os índios são os nossos primeiros ecologistas. Sua sobrevivência hoje no Brasil, após cinco séculos de massacres, está vinculada a um questionamento que, no limite, põe em questão a própria sobrevivência do planeta Terra. Na Amazônia e em todo o país, a presença indígena é sinal de vida para um outro projeto de sociedade. No Maranhão, e em outros estados, populações negras que controlam terras desde os quilombos se organizam para garantir a sua inserção numa sociedade complexa — são as "terras de negro" nas mãos de seus donos. Destruir a floresta, matar o índio, escravizar o negro — essa herança terrível que as classes dominantes legaram à sociedade não pode ir adiante se queremos uma sociedade democrática e justa. A discriminação racial é resultado da relação do Estado com as classes dominantes, no presente e na história. Mas não basta hoje denunciar isso. No campo multifacetado e plurirracial da sociedade civil, é uma questão para ser enfrentada por negros, brancos, índios, mestiços. No seu número 51, **proposta** convida os movimentos sociais e as assessorias a repensarem a sua prática em função da luta contra o racismo. Você aceita esse convite? Leia a nossa próxima edição.